

**A luta jurídica dos jovens
recusantes ao serviço militar
português nos Países Baixos, antes
do 25 de Abril de 1974.**



**Trabalho escrito no âmbito do curso Cultura Portuguesa II
Dr. Rui Bebiano.**

Coimbra, 20 de Maio de 2004.

**Estudante: Hans Elzenga, num. est. 0237396, (Universidade Utrecht)
num. est. 20035092, (Universidade Coimbra)**

Conteúdo:

Introdução.	3
1 Situação Geral.	4
2 A opinião pública na Holanda.	4
3 Grupos e organizações de apoio.	5
4 Relato do processo de Ignácio Júlio Lacerda de 10 de Janeiro 1974.	6
4.1 O assunto do caso.	6
4.2 O advogado do Estado.	7
4.3 O advogado da defesa.	8
4.4 O veredicto do juiz.	9
4.5 “Decisão Real” de 10 de Janeiro de 1974.	10
4.6 Apontamento pessoal do advogado da defesa.	11
5 A situação dos jovens recusantes portugueses em outros países da Europa.	12
5.1 França.	12
5.2 Bélgica.	13
5.3 Dinamarca.	13
5.4 Suécia.	13
5.5 Outros países da Europa.	13
6 O Tozé.	13
Conclusão.	16
Anexo I, Explicação oficial do comandante da polícia de Amsterdão, P.A. Jong.	17
Anexo II, Endereço e algumas publicações da fundação “Release”.	18
Anexo III, Panfleto do movimento Apoio Vermelha.	19
Anexo IV, Análises da situação dos refugiados portugueses.	20
Anexo V, Acto do processo.	21

Introdução.

O assunto deste trabalho escrito no âmbito do curso Cultura Portuguesa II é a importância e o impacto dum processo jurídico de um jovem português que se recusou ao serviço militar português, tendo fugido à Holanda.

O processo não era só um processo qualquer, era de uma pessoa que tentou obter o seu direito a permanecer num país estrangeiro para evitar o seu regresso a Portugal.

Este processo teve um grande impacto na jurisdição neerlandesa, e assim, os jovens portugueses que se recusaram ao serviço militar português¹, sem se dar conta e sem intenção de fazer isso, estiveram ao berço duma construção judicial que, durante décadas depois do 25 de Abril, serviu bem a muitos outros além nos jovens recusantes portugueses.

Capacitando-me a fazer este trabalho, agradeço a Willem, o meu primo que me mandou todos os dados do processo, a Luísa que me ajudou a procurar os documentos no Centro de Documentação 25 de Abril e a Jeroen, o meu companheiro de estudos, que “poliu” o meu português “poluído”.

Coimbra, domingo, 23 de Maio de 2004.

*Era um trabalho muito interessante,
que merece ser continuado.*


Hans Elzeuga

¹ Por facilitar, o conceito holandês de “dienstweigeraar”, que é uma pessoa que se recusa ao serviço militar, corresponderá doravante ao termo “jovem recusante”.

1 Situação Geral.

A situação da política interna em Portugal e as guerras coloniais tinham como resultado que, no dia 24 de Abril de 1974, aproximadamente 80.000 jovens haviam escapado ao seu dever de participar no Serviço Militar em Portugal.

Muitos abandonaram Portugal já antes de receber o apelo oficial, mas a maioria esperava até que era exortada para se apresentar num quartel militar.

Outros fugiram no momento de embarcar para as colónias, e só alguns desertaram uma vez chegados às colónias, neste caso com o apoio de organizações e movimentos nacionais e internacionais. Fugiram para o Guine, Zâmbia, Tanzânia e Zaire, e dali para a Argélia e a Europa, como também para os Países Baixos.

2 A opinião pública na Holanda.

Nos anos sessenta e ao princípio da temporada de turismo de massa, Portugal era um país relativamente desconhecido pela maioria dos holandeses.

Era o país do fado, um pouco conservador, fora da moda e um pouco folclórico, com um tipo de turismo exclusivo; até a rainha tinha uma casa de férias em Estoril, onde passava férias todos os anos.

Havia guerras nas colónias portuguesas, mas isso também se tinha passado nas colónias holandesas, com a libertação da Indonésia. Notícias detalhadas da guerra colonial praticamente não havia na imprensa popular.

O processo da consciencialização da realidade foi muito estimulado pelas actividades do Angola Comité de Sietse Bosgra, a venda de café de Angola nas “lojas do terceiro mundo” como produto de solidariedade.

Também havia alguns escândalos e conflitos, como a venda de aviões da marca holandesa Fokker, o tráfico de armas, a participação da Holanda na NATO etc.

O povo neerlandês começava a conscientizar-se do que realmente se passava nas colónias todas as vezes que a imprensa mencionasse que recusados portugueses tinham sido expulsos da Holanda para voltar a Portugal.

Ainda em Junho de 1973, três jovens portugueses foram enviados a Lisboa, onde lhes esperaram os funcionários da PIDE. Dois deles foram entregues às autoridades militares.

O Ministro desculpou-se no parlamento dizendo que não queriam usar o direito de pedir asilo político, e que eles também declararam que não haviam deixado Portugal por motivo de recusa da participação no serviço militar de Portugal.

Numa carta oficial à organização Pax Cristi, o comandante da polícia de Amsterdão declarou o seguinte:²

² Veja anexo I, Explicação do comandante da polícia de Amsterdão, P.A. Jong.

“Como vários artigos do periódico “Diário de Notícias” e outros artigos mencionaram os nomes dos portugueses, suponho que aqui se trate dos portugueses Fialho Quintas, De Freitas e Rodrigues da Silva.

No entanto não me sinto obrigado, até autorizado, a dar-lhe informações das actividades do meu departamento de assuntos estrangeiros debaixo da minha responsabilidade, tenho todavia a benevolência de informar-lhe que Fialho Quintas e Rodrigues da Silva permaneciam aqui na Holanda sem meios de subsistência, e que De Freitas era um perigo para a ordem pública com actividades em contradição com a Lei de Drogas. Quero mencionar explicitamente que nenhum dos três tinha a intenção de pedir asilo com motivos de recusar-se ao serviço militar ou qualquer outro motivo. Em tal caso o procedimento teria sido distinto. Vale mencionar que o meu departamento tem relações muito boas com muitas organizações de apoio para os estrangeiros aqui em Amsterdão.”

Em Abril de 1974, nos Países Baixos, havia um grupo de 600 portugueses que recusou entrar no serviço militar, e do qual a maioria não tinha uma autorização oficial para permanecer no país. Só tinham um documento para estrangeiros que servia para viajarem livremente, mas o governo não se responsabilizava de permitir-lhes prolongar a validade do seu passaporte e o Ministro da Justiça e o seu Secretário do Estado nestes dias, interpretaram a Lei com muita rigidez, só havia 25 jovens recusantes com uma autorização oficial do Ministro da Justiça.

3 Grupos e organizações de apoio.

Para defender os direitos dos portugueses que pediram asilo, a maioria jovens recusantes e só nalguns casos desertores, formaram-se em Amsterdão vários grupos, como também a fundação “Release”³ e um grupo de assistência jurídica.

Desde o primeiro momento havia pessoas, muitas vezes estudantes, que se preocuparam com os refugiados portugueses.

O centro de documentação 25 de Abril ainda tem arquivado muitos textos escritos nesta temporada. O Anexo III mostra um tal texto (em neerlandês), e que é um exemplo típico dos anos setenta. O texto “Apoio Vermelho” não tem data nem subscrição; uma ortografia muito livre e uma linguagem agitada e quase “selvagem”, com expressões como “lacaio da burguesia parasitária” etc..

Outros artigos são bem fundados e interessantes, como o texto “Refugiados Políticos nos Países Baixos”⁴. Do texto, que também é em neerlandês, vale a pena traduzir o resumo que pinta bem a situação.

“Um grupo de pessoas, muito pequeno e muito vulnerável, está num beco sem saída. A razão é que estas pessoas se encontram aqui fora da sua vontade e fora da sua culpa. Só podiam escolher o melhor dos piores, seja participar na guerra nas colónias, seja fugir para um país estrangeiro.

³ Veja anexo II, endereço em Amsterdão e algumas publicações da fundação “Release”.

⁴ Veja anexo IV, F.P.M Florin, J. Willemse, L.J. van Welsenis, Utrecht, Outubro 1972

Os que optaram pela última solução não têm, em aspecto nenhum, a mentalidade de emigrante voluntário. Não escolheram a Holanda, mas precisavam de qualquer sítio para viver.

Muitos jovens, por culpa do modelo de educação do seu país, incertos e dependentes, chegam de um dia para o outro, de um país pobre com um regime fascista, a uma democracia industrializada com uma sociedade de abundância, onde a sua motivação de fugir é bem posta à prova.

Para recusar ao serviço militar não têm motivos éticos, como aqui, mas o seu único motivo era a salvação da sua própria vida, seja fisicamente, seja psicologicamente. Aceitar a sua motivação e a perspectiva de se sentirem capturados neste país frio, só tem sentido quando encontram aqui uma base efectiva de solidariedade, também nas diversas instâncias.

Estas instâncias ainda não estão adaptadas a este novo tipo de refugiado, mal informadas e desconfiadas dos jovens portugueses e do seu comportamento latino. Isso dá ao mesmo tempo a forma da solução: melhorar a posição social e judicial deste tipo de refugiado; informar a opinião pública dos motivos e razões da sua presença aqui. Mais uma vez é preciso uma organização forte para apoiar os refugiados. As democracias da Europa devem dividir este peso em colaboração. Nenhum país deve fechar as suas fronteiras, deve sim tomar medidas adequadas.

Tudo isso, no entanto, sem se esquecer de que a solução definitiva e final se encontra na libertação da Angola, Guiné Bissau, Cabo Verde e Moçambique: uma independência à qual têm direito, conseguindo-a por obter ou por conquistar.”

Nesta situação dirigiu-se também um jovem recusante português, chamado Ignácio Júlio Lacerda, à fundação “Release” e para a sua defesa a fundação arranhou um advogado. O caso em si não era tão especial, mas o processo com o seu julgamento tinha um impacto muito importante na mudança da linha política operada pelo governo, e até neste momento muito estrita.

4 Relato do processo de Ignácio Júlio Lacerda de 10 de Janeiro 1974.⁵

4.1 O assunto do caso.

O caso era uma petição de Lacerda (o queixoso no processo) de revisar e prolongar a sua permissão de permanência, atribuída a ele em Maio de 1971 e com uma validade de três anos. Queria mudar a permissão para uma autorização de permanência como refugiado político no âmbito do artigo 15 da Lei para Estrangeiros que diz:

⁵ Acto do processo. C.A. Groenendijk, A.H. Swart, “Rechtspraak Vreemdelingenrecht” 1968 t/m 1977, Samson, Alphen a/d/ Rijn. Veja Anexo V

Art. 15, Primeiro parágrafo:

Estrangeiros de origem de um país onde têm argumentos fundados para temer a perseguição por motivos de ter certas opiniões políticas ou certa religião ou de pertencer a uma certa raça ou a um certo grupo social, podem ser autorizados pelo Nosso⁶ Ministro da Justiça a permanecer como refugiado.

Art. 15 Segundo parágrafo:

Esta autorização não pode ser recusada, a não ser que em caso de grande interesse público em geral, quando este recuso implicaria que o estrangeiro fosse obrigado a voltar para um país com as características antes mencionadas.

4.2 O advogado do Estado.

O advogado do Estado defendeu a recusa do Governo com os seguintes argumentos, considerando:

Que o estrangeiro argumentou o seu motivo para sair de Portugal em 1970, era que ele tinha que estar consciente de uma requisição obrigatória pelo serviço militar, enquanto isso não era consoante a sua opinião, isto é, não fazer parte de um exército envolvido numa guerra colonial e repressiva.

Que no entanto o seu motivo geral para a sua saída foi que tinha sérias dúvidas políticas no funcionamento da vida pública em geral em Portugal; dúvidas que expressou várias vezes em Portugal e a razão de ter sido preso e interrogado várias vezes pela PIDE.

Que o estrangeiro, depois de haver protestado anteriormente e abertamente no liceu contra certas medidas do governo, o que resultou num contacto com a PIDE, viajou o dia 13 de Agosto de 1968 legalmente à Inglaterra, para passar férias ali, donde voltou dia 5 de Novembro de 1968 para terminar o seu colégio.

Que na Inglaterra não pediu asilo político.

Que o estrangeiro havia declarado que, depois de 5 de Novembro até à sua saída para os Países Baixos, havia aceitado um convidado da polícia regular para funcionar como informante num caso de tráfico de drogas com a promessa pela polícia de deixá-lo seguidamente em paz, mas que pouco antes da sua saída para os Países Baixos chegou a descobrir uma situação muito desagradável; que também alguns funcionários da mesma polícia participaram num certo grupo de narcotraficantes.

Que com estas declarações não se pode concluir que havia bastantes argumentos fundados para temer uma perseguição por motivos políticos e que somente "o não querer participar no serviço militar" não chega para qualificá-lo como refugiado no âmbito do artigo 15 da Lei para Estrangeiros, como, conforme informações recebidas desde Portugal, o estrangeiro não tem razões para presumir ser punido desproporcionalmente pelo facto de ter-se retirado do serviço militar ou pelo facto de haver feito isso por certas considerações políticas, nem para temer uma acção judicial de forma discriminatória.

Que o estrangeiro, já desde Agosto de 1970, vivendo nos Países Baixos, recebeu uma permissão de permanência, liberando-o da necessidade de ter um passaporte válido atribuído

⁶ Pluralis Majestatis, indicando a rainha como chefe do Estado, falando em primeira pessoa.

pelo Governo Português, e que em 1971 recebeu um passaporte neerlandês para estrangeiros com uma validade de 3 anos, e também que o representante nos Países Baixos do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados teve uma conversa extensa e profunda com este estrangeiro, sem encontrar argumentos para lhe dar um mandado oficial conforme o artigo 15 da Lei para Estrangeiros.

4.3 O advogado da defesa.⁷

Para o processo do pedido pela prorrogação do passaporte para estrangeiros ser considerado, a pergunta fulcral é “quando é que o estrangeiro tem razões fundadas para temer uma perseguição pelas suas opiniões políticas no seu país de origem?”.

Esta pergunta só pode ser respondida uma vez que haja factos prováveis de uma pessoa ser punida desproporcionalmente por ter recusado ao serviço militar por motivos políticos, depois de ter voltado ao seu país de origem.

Além disso, poder-se-á falar da probabilidade de uma vindoura perseguição, somente depois de serem analisadas as seguintes circunstâncias particulares alegadas pelo queixoso:

Que o queixoso protestou várias vezes e abertamente que tinha as suas dúvidas acerca da organização e do funcionamento da vida pública no seu país.

Que tinha nomeadamente reclamações contra as guerras coloniais do seu país na Angola, Moçambique e Guiné.

Que várias vezes foi capturado e interrogado pela PIDE.

Que no momento em que ele chegou à Holanda, a possibilidade de ser requerido brevemente para participar no serviço militar era muito grande, e ele não estava de acordo em participar num exército em guerra na Angola, Moçambique e Guiné.

Que Portugal, segundo os critérios vigentes na Holanda, não se pode considerar como um Estado de Direito.

Que depois de voltar a Portugal, muito provavelmente teria que se apresentar perante o Plenário, um tribunal especial em Lisboa com todos os poderes em casos nos quais o suspeito é considerado extremamente perigoso ou se defende com motivos políticos.

Que o Código Penal em Portugal em vários pontos indica, que dissidentes políticos como ele, têm que ser punidos severamente, e que todos os dados disponíveis do Código de Processo Penal indicam que o facto de uma pessoa ter opiniões políticas contraditórias ao regime vigente, realmente influencia o julgamento da pessoa em questão, e isso implicaria um tratamento discriminatório.

Que neste sentido será perseguido por causa das suas opiniões políticas, e de tal maneira que os critérios do artigo 15 da Lei para Estrangeiros também seriam aplicáveis ao seu caso.

Que o queixoso fora convidado pela polícia regular para actuar como informante, poucos meses antes de ele ter fugido de Portugal.

Que as “informações recebidas de Portugal” não mencionam o conteúdo, nem a fonte, e por isso perdem uma motivação e base profunda e cuidadosa.

⁷ Mr. W.J. van Bennekom.

4.4 O veredicto do juiz.

Antes de chegar ao veredicto, que era uma grande surpresa para todos os partidos, o juiz mencionou as seguintes observações e considerações:

Que o queixoso se opõe à explicação e à interpretação do conceito “refugiado” do artigo 15 da Lei para Estrangeiros, o que forma a base de todas as decisões tomadas anteriormente.

Que na Comissão de Conflitos de Administração do Conselho do Estado⁸, o advogado do queixoso também havia defendido o seu ponto de vista; que neste caso, e a abstrair-se portanto do facto de que as circunstâncias mencionadas no segundo parágrafo do artigo 15 da Lei para Estrangeiros não correspondem a esta situação, o primeiro parágrafo não autoriza ao Ministro da Justiça tomar uma decisão puramente discricionária⁹.

Que para a defesa não são bem claras as “circunstâncias particulares” que o Ministro da Justiça usou para decidir não deixar permanecer o queixoso no país, mesmo que fosse um refugiado.

Que na interpretação e explicação do conceito “refugiado”, não existe unidade de opinião.

Que nos actos da Comissão mencionados anteriormente, o Secretário do Estado opina dar uma interpretação mais restrita ao primeiro parágrafo do artigo 15, o que concordaria também com a interpretação normalmente aplicada em outros países.

Que, no entanto, o primeiro parágrafo não força o Ministro a seguir uma política restritiva.

Que é de grande importância a situação concreta em que se encontra uma pessoa, para saber se é refugiado ou não.

Que a situação do queixoso neste caso não tem relação com a situação mencionada no segundo parágrafo do artigo 15 da Lei.

Que no primeiro parágrafo o Ministro considera sempre dar autorização mas não é obrigado a dar isso, seja o que for a interpretação do conceito “refugiado”.

Que o representante do Alto Comissário também não encontrou motivos para dar um mandato.

Que na reunião da Comissão do Conselho do Estado, em presença do representante do Alto Comissário e representantes do Ministro da Justiça e o Secretário do Estado se deixa constar que a política em diversos países, quanto a estrangeiros que abandonaram o seu país por motivos políticos, está em movimento, e que há novos desenvolvimentos.

Que, no caso de não poder qualificar uma pessoa como refugiado no âmbito do artigo 15 da Lei para Estrangeiros, em geral lhes costumam dar a permissão para entrarem no país por motivos humanitários.

Que estas pessoas podem ser qualificadas como pessoas que “têm direito ao asilo”, protegendo-lhes da obrigação a voltarem ao seu país de origem, e dando-lhes direito de permanecer e trabalhar no país aonde fugiram, com passaporte nacional para estrangeiros do mesmo país.

⁸ O Conselho do Estado é o conselho mais alto nos Países Baixas e oficialmente presidido pela rainha como chefe do Estado.

⁹ Deixar uma decisão à opinião e percepção próprias de uma pessoa.

Que na Comissão, o representante do Secretário do Estado havia declarado que nos Países Baixos esta política também seria aceite, e que, no caso que os motivos de ordem política para não regressar ao país de origem são muito prováveis, uma pessoa tem direito a um passaporte para estrangeiros com todas as condições vigentes.

Que o regresso obrigatório ao país de origem só será exigido em caso de violação da ordem pública.

Que os actos da Comissão não o mencionaram explicitamente, mas que o Secretário do Estado explicitamente tinha a intenção de incorporar o queixoso neste categoria de pessoas.

Conclusão final do veredicto:

Que, tomando em consideração esta opinião, as decisões tomadas anteriormente não eram ilegítimas.

Que todas as decisões tomadas anteriormente não devem ser revisadas.

4.5 “Decisão Real”¹⁰ de 10 de Janeiro de 1974.

Quanto a jovens recusantes ao Serviço Militar de origem portuguesa.

A descrição do conceito “refugiado” no artigo 15 da Lei para estrangeiros não força necessariamente à interpretação restritiva do Nosso Secretário do Estado.

O artigo 15 não obriga a autorizar uma permanência no país, como refugiado admitido, a qualquer pessoa que cumprisse o conceito de refugiado, seja o que for a interpretação do conceito “refugiado”.

As declarações do parte do queixoso não resultam de maneira nenhuma de qualificar-lhe como refugiado no sentido do artigo 15 da Lei para Estrangeiros.

Os desenvolvimentos em outros países quanto a estrangeiros que abandonaram o seu país por motivos políticos, favorecem a autorização de permanência por motivos humanitários; um estatus especial de legitimidade e o direito a pedir asilo, o que protege o estrangeiro da sua expulsão ao país de origem; dá-lhe direito à permanência, ao trabalho e a um passaporte para estrangeiros, evitando a confiscação ou a recusa de prolongar o sua permissão de permanência com outros motivos que em caso de grave violação da ordem pública.

Nós Juliana, etc. etc.

¹⁰ Koninklijk Besluit (K.B.) ou “Decisao Real, ; Uma protocolo governamental firmado pela Coroa, seja a rainha como Chefe do Estado

4.6 Apontamento pessoal do advogado da defesa.¹¹

O advogado deste caso, um primo meu, mandou-me os actos do processo¹² e também a sua impressão e as suas recordações pessoais deste caso:

“Ao fim dos anos 60 e ao princípio dos anos 70, para mim, um advogado de 30 anos, socialmente motivado e ao principio da sua carreira, Portugal era um país praticamente desconhecido, que nunca visitei e do qual não sabia falar a língua, nem conhecia a cultura. O que eu sabia é que era um país um pouco fascista, mas não tanto como a Espanha, com uma guerra civil cruel com mais que um milhão de vítimas no passado, sobre a qual eu li no livro de Hugh Thomas: “The Spanish Civil War”.

Isso não se passou em Portugal, mas ao outro lado Portugal estava envolvido numas guerras coloniais na África, uma coisa que eu não podia associar a fados; uma sociedade conservadora e rural, até folclórica.

Esta imagem concebeu mais relevo, seja no sentido político, quando a fundação “Release” me pediu para defender jovens portugueses que recusaram entrar no serviço militar do seu país e que se safaram-se para os Países Baixos.

Deles e dos seus acompanhantes, na maioria fortemente politizados, aprendi o que era a PIDE, o Plenário, os interesses da NATO em Portugal e sobretudo a mágoa que a repressão colonial de Portugal tinha levado à Angola, Moçambique e Guiné Bissau.

Era na altura da guerra do Vietnam e dos seus processos por todas as partes do mundo.

A “luta” em favor dos jovens recusantes portugueses cabia sem problemas dentro dessa luta mundial e pacífica para “obter um mundo melhor”.

Holanda não podia fazer muito, mas eu sim, jovem advogado engajado, evitando que estes homens não pagassem pelo preço da sua coragem numa prisão obscura.

Que ambição soberba e pedante!, penso agora.

Como advogado sabia de casos anteriores de um desertor americano de Vietnam, que tinha que provar que em Portugal aos jovens recusantes estava a espera deles uma punição desproporcionalmente dura e discriminatória. No entanto não dispunha de material concreto sobre as sanções penais dos tribunais militares, que lhes esperavam em Portugal.

É curioso, e ao fundo inimaginável, que nesta temporada era tão difícil obter informações de um facto tão simples.

Os jovens recusantes eram pouco organizados e não existia uma rede de advogados.

Depois de insistir muito, recebi, por intermédio de outros, um código militar que não me serviu muito. Se não me engano, fiquei sempre com dúvidas e incerto em relação à prática judicial em Portugal até a revolução dos cravos.

Pensando agora, é muito notável o facto de que o “Koninklijk Besluit” (KB), proclamado no dia 10 de Janeiro de 1974, dado no caso do processo de Lacerda, e só um par de meses antes

¹¹ Mr. W.J. van Bennekom.

¹² Veja Anexo V.

da revolução do 25 de Abril, era um momento de grande importância na história da jurisdição neerlandesa para os requerentes de asilo.

Neste KB, a Coroa, depois de um processo de muitos anos, apresentou a “construção”, de que o recuso a autorizar Lacerda a permanecer na Holanda como refugiado político no sentido do artigo 15 da Lei para Estrangeiros, não era ilegal, visto que o Corte Supremo tinha “apercebido” que o Secretário do Estado do Ministério da Justiça intentasse de dar-lhe uma autorização de permanência especial e extraordinária.

Rapidamente se introduziu o nome “Estatus B”, o estatus de requerentes de asilo. Esta construção judicial protegia os envolvidos contra a sua repatriação e desobrigava-os ter um passaporte nacional e válido.

O Corte Supremo havia “compreendido” que esta autorização valesse para os estrangeiros que:

têm reclamações aceitáveis e de carácter político para voltar ao seu país de origem.

Assim os jovens recusantes portugueses, sem se dar conta e sem intenção de fazer isso, estiveram ao berço desta construção judicial que, durante décadas depois do 25 de Abril, serviu bem a muitos outros alem nos jovens recusantes portugueses.

Dos outros 20 casos não me recorda os nomes. Só o de Lacerda que com o seu caso entrou na jurisdição dos Países Baixos.

O que me recordo sim é que todos, muitas vezes vestidos de pulóveres bem resistentes ao inverno holandês, eram alienados em vários aspectos.

Seja o que for, para Moçambique e Angola os verdadeiros horrores ainda tinham que começar.”

5 A situação dos jovens recusantes portugueses em outros países da Europa.¹³

5.1 França.

A maioria dos jovens recusantes portugueses permanecia em França, 70.000 de um total de 80.000.

Em 1973 mais que 800.000 portugueses moravam em França, e Paris era, depois de Lisboa e do Porto, a terceira “cidade portuguesa”. Os jovens recusantes eram somente tolerados e o seu estatus era igual ao dos trabalhadores emigrantes.

Até 1971 o governo francês recusava a reconhecê-los como refugiados. Entre 1971 e 1974 aproximadamente 100 jovens recusantes foram reconhecidos, mas só com a prova de terem sido envolvidos em actividades políticas.¹⁴

¹³ Dr. P.J. van Krieken, « Deserteurs, dienstweigeraars en asielrecht », Van Gorkum, Assen, 1979

5.2 Bélgica.

O representante do Alto Comissário na Bélgica tem uma posição menos dependente do Ministério da Justiça Nacional que nos Países Baixos. Esta situação, bastante única, tinha como resultado que na Bélgica entre 1000 e 2000 jovens recusantes foram reconhecidos como refugiados políticos. O critério era de a motivação de não querer entrar no serviço militar devia ser baseada em motivos políticos, religiosos o moral. Importante era o facto de que par o governo belga, a guerra em África era injustificável.

O Alto Comissário negou muitas vezes os critérios da Convenção de Génova. Julgou a punição desproporcionada e uma forma de repressão da oposição política que era contra a política do governo português em quanto aos domínios africanos.

5.3 Dinamarca.

Desde o principio havia um sistema de dois tipos de permanência, A e B; A no âmbito da Convenção de Génova de refugiados, e B por razões humanas.

No ano do 25 de Abril havia 88 refugiados portugueses dentre os quais 12 tiveram uma autorização oficial A e 76 uma autorização B.

5.4 Suécia.

Suécia não conhecia uma situação juridicamente estabelecida. Para requerer a posição de refugiado, serviam só os critérios oficiais. Só poucos, dos aproximadamente 300 jovens recusantes portugueses, eram reconhecidos como refugiados políticos, e tinham que poder provar de haver executado actividades políticas da oposição ou haver sido ameaçados de punições discriminatórios.

5.5 Outros países da Europa.

No resto da Europa havia poucos jovens recusantes portugueses, no total na Alemanha, Suíça, Itália, Luxemburgo e no Reinado Unido aproximadamente 100 pessoas. Quase todos refugiram a França, o país com uma política bastante liberal quanto à pessoas da Península Ibérica. Interessante é que os jovens recusantes fora de França formaram parte dum grupo social diferente, estudantes, intelectuais etc. que também refugiram para Holanda.

6 O Tozé.

Ao principio de 1974 decidi terminar os meus estudos de engenharia civil com um segundo estágio no estrangeiro. O primeiro estágio passei em Madrid, e decidi então fazer este estágio em Portugal.

Com o apoio do IAESTE , uma organização de intercâmbio de estudantes, comparável ao programa de Erasmus, mas em escala muito menor, arranjei um trabalho no LNEC, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil em Lisboa no Outono de 1974, sem nenhuma noção do que tinha acontecido no mês de Abril do mesmo ano.

¹⁴ Il a toujours lutté contre le Gouvernement de son pays d'origine(...) : sa position politique et consciente est antérieure au moment où il a été appelé sous les drapeaux ;(.....)son refus de faire la guerre coloniale fait suite à cette prise de position..... (Commission de Recours 1971)

Para me preparar para o trabalho em Lisboa, cheguei a Coimbra em Agosto para um curso de Verão da língua portuguesa, com algum conhecimento de espanhol.

Havia aproximadamente 100 alunos, de todas as nacionalidades. O programa de estudos era confuso. Só alguns professores falaram da mudança em Portugal, mas nas aulas de história ainda se falava do império português, da glória de Portugal, do seu passado e da beleza das colónias na África, como se não houvesse passado uma revolução.

Só havia aulas de manhã e à tarde encontrávamo-nos na esplanada do café Mandarin (agora o Mac Donalds) ou no café Tropical, do outro lado da praça da República.

No fim-de-semana havia sempre uma excursão para nos mostrar os grandes monumentos da história portuguesa, como a Batalha, Alcobaça e Mafra.

Na esplanada, acompanhados de uma bica que custava só 2,5 tostões, falámos e brincámos em línguas misturadas, um portinhol ou um portinglês. A vida era bem agradável assim.

Por qualquer razão, juntou-se com o nosso grupo também um certo Tozé, um português simpático de uns 25 anos. Era muito calado e tímido.

Tozé quase não participou nas nossas conversações, mas sentia-se à vontade connosco e muitas vezes passávamos a noite numa esplanada.

Pouco a pouco descongelava e abria-se, contando a sua história. Ele acabava de voltar da Angola, onde havia passado 4 anos no serviço militar.

Ao princípio não queria falar muito do assunto, porém insistimos uma vez, não tínhamos a mínima ideia da sua história e da sua experiência ali.

Perdeu a sua vergonha e contou-nos tudo o que lhe tinha passado.

Falava muito, provavelmente tivesse sido a primeira vez que tinha contado a sua história horrível: das patrulhas à noite na mata africana em grupos de três, atirando em tudo que mexesse.

Várias vezes, sem ver, nem saber do que se passava, tinha que descobrir que o seu camarada ao lado fora morto, a uma distância de menos de um metro. Assim perdeu nesta guerrilha uns 10 amigos e camaradas que foram várias vezes emboscados.

Contava os detalhes com olhos secos e vazios; não era viver, era só sobreviver.

Lembro-me de que não sabíamos o que dizer, impressionados, estupefactos e tristes.

Era o contraste da sua experiência amarga com a nossa vida alegre, de férias, sol e praia; um contraste que não podia ser maior.

Eu pensei nos anos do meu serviço militar, pouco tempo anterior. Em comparação a essa experiência de Tozé, o meu serviço militar tinha sido uma brincadeira, um jogo pouco sério.

Apreendi usar uma arma, entretanto nunca pensei em matar uma pessoa. Realizava-me ter vivido sempre num protectorado pacífico, enquanto o Tozé estava a sobreviver numa guerra horrível e escondida, da qual ninguém de nós tinha a mínima ideia.

Ele sobreviveu à guerra, mas, claro, ainda tinha que sobreviver às suas memórias e traumas.

Pouco tempo depois, o Tozé convidou-nos, uma amiga e eu, a pedido do seu pai, para participar de um piquenique com a família, e num fim-de-semana saímos todos à praia: os seus pais, duas irmãs e nós três.

Já no carro era óbvio de que só era o pai que tinha o direito de falar. Era um alto oficial no exército e uma pessoa com muito influência.

O sítio do piquenique estava cheio e a única mesa livre era reservada só para nós.

Também durante o piquenique era o pai a única pessoa a falar, a sua mulher e as irmãs só se ocupavam com a comida, mas não participaram na conversação que não passava de um monólogo do pai.

O pai só falava comigo com uma litania de queixas do seu filho: “era um vadio, que não queria fazer nada e que deveria procurar um trabalho”. Nem tinha orgulho próprio de ter defendido a sua pátria no ultramar.

O Tozé ficou mudo e só dardejou para o chão.

Tentei defender a posição de Tozé, mas não havia remédio.

O pai ainda vivia no seu mundo glorioso e não tinha nenhum respeito pelo seu filho, não compreendendo tudo o que seu filho havia passado.

Para ele servia mais um filho sacrificado pela glória da pátria, que um filho ainda vivo que voltou sem ter servido para a glória nacional.

Conclusão.

Neste trabalho escrito aparecem dois jovens portugueses, cada um com a sua própria luta no tempo antes do 25 de Abril, e ambos para sobreviver um regimen fascista e uma guerra colonial inútil e sem sentido.

Uma luta era uma luta jurídica, menos pessoal, mas com um impacto muito grande e que tinha como o resultado uma pequena mudança da política neerlandesa em quanto aos refugiados políticos que fugiam para lá.

Durante as décadas que esta Lei existia, esta vitoria servia a muitos outros refugiados políticos que depois do 25 de Abril fugiam à Holanda.

A outra luta era uma luta pessoal, uma luta puramente para sobreviver fisicamente no frente desta guerra colonial. Era uma luta no escondido, de que o público não sabia praticamente nada e agora quase esquecida.

Não sei onde estas duas pessoas encontram-se, mas se ainda vivem em Portugal, espero que desfrutem uma sociedade melhor do que antes do 25 de Abril.



**Anexo I, Explicação oficial do comandante da polícia de Amsterdão,
P.A. Jong.¹⁵**

¹⁵ Centro de documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

①
Pax Christi
afd. Nederland

PD/1973/21 A

H.C.S.A.
NETHERLANDS - 18
Den Haag,
16 aug. 1973.

Afschrift van de brief van de Hoofdcommissaris van Politie te Amsterdam, dhr. P.A. Jong, d.d. 26 juli 1973.

Geachte Heer,

Naar aanleiding van Uw bovenvermeld schrijven betreffende drie Portugezen die door de Politie te Amsterdam zijn uitgewezen, bericht ik U het volgende.

Hoewel in Uw brief de namen van de bedoelde vreemdelingen niet worden genoemd, meen ik, en door de datum van het door U genoemde bericht in het Portugese dagblad Diario de Noticias, en door de omstandigheid dat bedoelde namen in verschillende dagbladartikelen over deze zaak wél werden genoemd, te mogen veronderstellen dat het hier gaat over de Portugezen:

Fialho Quintas, De Freitas en Rodrigues Da Silva.

Hoewel ik in feite niet gehouden ben U inlichtingen te verstrekken ten aanzien van de achtergronden en redenen der onder mijn verantwoordelijkheid door de chef van de Amsterdamse Vreemdelingendienst verrichte ambtshandelingen, ben ik in dit geval bereid, U mede te delen, dat Fialho Quintas en Rodrigues Da Silva zonder middelen van bestaan in Nederland vertoefden en dat De Freitas gevaar opleverde voor de openbare orde door handelingen die in strijd waren met de bepalingen van de Opiumwet. Uitdrukkelijk zij hierbij vermeld, dat geen van de drie betrokkenen te kennen heeft gegeven, in Nederland asiel te willen aanvragen op grond van bezwaar tegen de militaire dienst in Portugal of op welke andere gronden dan ook. Ware dit wel het geval geweest, dan zou de in deze gevallen gebruikelijke procedure zijn gevolgd.

Het kan U bekend zijn, dat dit aan de Vreemdelingendienst te Amsterdam altijd geschiedt en dat in dit opzicht o.m. met de Stichting Adviesbureau voor Portugezen (Begijnhof 34 A'dam) en met de Stichting Nederlandse Federatie voor Vluchtelingen hulp (Van Eeghenstraat 66 A'dam), uitstekende contacten bestaan. Ik zou U dan ook in overweging willen geven, ook Uwerzijds in gevallen als het hier aan de orde zijnde, contact met de chef van mijn Vreemdelingendienst te doen opnemen.

Hoogachtend,

w.g.: De Hoofdcommissaris van Politie

P.A. Jong.

K787

**Anexo II, Endereço e algumas publicações da fundação
“Release”.¹⁶**

¹⁶ Centro de documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

Camarada:

Depois de desertares, dirige-te, nos países a seguir indicados, aos comités de desertores ou às seguintes pessoas, que farão todos os possíveis para te ajudar:

COMITE DE APOIO AOS DESERTORES PORTUGUESES

SES

Roberto Matias
176, rue de Grenelle
PARIS 7
FRANÇA

COMITE DE DESERTORES PORTUGUESES DA DINAMARCA

Erik Petersen
Grundtvigsvej 22
8220 Viby
ÅRHUS
DINAMARCA

E

Arne Kirsten
Kronetorpsgatan 86-A
MALMÖ-Nord
SUECIA

21

CAMARADA: No estrangeiro podes dirigir-te às seguintes pessoas que te darão ajuda.

FRANÇA

Pierre Sorline
13, R. Pierre Nicole
PARIS 13

António Ferreira
8, r. 3 Cloitre
38 GRENOBLE

HOLANDA

"Release"

Gérard Mark
Spinosastraat, 9 (Ruter)
AMSTERDAM

DINAMARCA

Erik Petersen
Grundtvigsvej 22
8220 Viby-ÅRHUS

SUECIA

Arne Kirsten
Kronetorpsgatan 86 A
MALMÖ

Nós, jovens estudantes e trabalhadores, perante a continuação da guerra colonial e da exploração dos povos das colónias, vimo-nos forçados a tomar uma atitude pública face ao problema da nossa colaboração nessa situação.

Considerando que:

1) As guerras coloniais duram há mais de 13 anos, com o fim de manter a opressão dos povos das colónias.

2) As lutas de libertação (a guerrilha é só um dos seus aspectos), são o resultado da aspiração dos africanos à reconquista da independência, em condições que lhes permitam acabar com a opressão económica, política e cultural, de que são alvo há séculos.

3) Os movimentos de libertação de Angola, de Moçambique, da Guiné e Cabo Verde são os únicos legítimos representantes dos povos dessas colónias. São-no porque, ao longo de mais de 13 anos de combate heróico, foram a única força que se opôs consequentemente à exploração do povo e à opressão militar do colonialismo português.

Estes movimentos de libertação, apesar das atrocidades, massacres, bombardeamentos e destruições, executados pelo colonialismo português, com apoio da NATO, de todos os países imperialistas e dos Estados racistas da África do Sul e da Rodésia, conseguiram grandes vitórias militares, ao mesmo tempo que se implantaram no seio dos seus povos.

Nas zonas libertadas o povo organiza-se democraticamente, constrói escolas e hospitais, criando assim uma sociedade nova, uma sociedade gerida pelo povo trabalhador em luta, que é a maior condenação do colonialismo.

4) Perante esta realidade, a única solução política que respeita a aspiração justa dos povos africanos é a independência total, sob direcção das organizações que de facto os representam.

5) Esta solução irá prejudicar apenas os interesses dos que (brancos ou negros) pretendem manter o povo dominado e explorado, aqueles que há longos anos se alimentam do sofrimento e do trabalho do povo.

6) O povo trabalhador português só tem a ganhar com a independência das colónias que abrirá um futuro de colaboração fraterna com os povos africanos ao contrário da actual situação de sofrimento e luta.

Considerando ainda que, neste momento:

1) Continuam a existir nas colónias interesses e grupos humanos que vivem da exploração impiedosa do povo: os trabalhadores assalariados recebem salários miseráveis (15 a 20 escudos por dia), enquanto uma minoria de patrões que os exploram vive na opulência; os camponeses pobres, foram expropriados das melhores terras e são obrigados a vender as suas produções a preços que mal lhes dá para sobreviver; as riquezas minerais estão na mão de grandes grupos imperialistas (americanos, ingleses, alemães, ...) e nada aproveitam ao povo.

Para além de explorarem impiedosamente o povo os ricos capitalistas e as for-

2.

ças que os apoiam, reprimem violentamente a cultura dos trabalhadores e a suas lutas por uma vida melhor.

2) Os movimentos de libertação são as únicas organizações que têm lutado com o povo trabalhador africano, contra a exploração. Os vários "grupos políticos" que agora surgem nas colónias e em Portugal a dizer que é preciso "discutir livremente a autodeterminação do ultramar", não são mais do que os representantes dos exploradores que agora tentam aparecer como "cordeiros", quando continuam a ser verdadeiros "lobos".

Os povos trabalhadores das colónias em luta não têm ilusões, nem estão interessados em "discussões sobre a autodeterminação" com os representantes dos ricos que os exploram. O que eles querem é a independência completa sob governo das suas organizações, porque sabem que só assim se abrirão perspectivas de uma vida melhor em que as relações de exploração poderão ser destruídas.

Por tudo isto, os movimentos de libertação não podem abrandar a sua luta, enquanto não lhes forem dadas garantias de que a situação vai mudar e, por isso exigem a abertura de negociações em base no reconhecimento da independência acompanhadas de um real cessar fogo. Se isto não acontecer é certo que a luta continuará e não irá abrandar, mas tornar-se-à ainda mais dura.

3) Existem boas condições para fazer parar a guerra e abrir negociações com vista à independência, porque este é o desejo generalizado do povo trabalhador português, dos jovens portugueses, de um grande sector das forças armadas e dos povos das colónias.

4) As forças capitalistas e racistas da Africa do sul, da Rodésia e de certos sectores de "colonos" brancos de Angola e Moçambique, podem tentar lançar operações de repressão dos povos das colónias, tentando contrariar a evolução para uma independência favorável ao povo. Este é um perigo real.

É possível combatê-lo com base na força dos povos africanos em luta, caso sejam apoiados por outros povos e em particular pelo povo português.

No entanto, a presença e reforço das tropas portuguesas nas colónias (verdadeiros exércitos de ocupação) e a actual politica de timidas promessas de discussão e autodeterminação, não só não afastam esse perigo como o reforçam a médio prazo. Isto porque: por um lado, continua-se a dar cobertura às manobras e organização dos sectores reaccionários, que sem a presença massiva do exército português, não se poderiam mexer com tanta facilidade; por outro lado, alimenta-se a convicção nesses sectores de que as situações de exploração podem permanecer e, por fim, o tempo aliado àqueles dois factos e à incerteza reinante é o convite aberto à preparação de alternativas para a actual situação que permitam manter a dominação do povo.

5) A recusa de participação na guerra colonial, não implica a recusa de incorporação, mas sim a não aceitação de envolvimento no conflito.

COMPROMETEMO-NOS PUBLICA E COLETIVAMENTE A :

NÃO ACEITAR O NOSSO EMBARQUE PARA AS COLÓNIAS, CONTRIBUINDO ASSIM PARA QUE SEJAM ABERTAS NEGOCIAÇÕES COM OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO (PAIGC, MPLA, FRELIMO), COM VISTA A INDEPENDENCIA DOS POVOS DAS COLÓNIAS, ACOMPANHADAS POR UM REAL CESSAR FOGO.

A nessa acção é grave. Sabemos isso, mas pensamos que é uma tomada de posição necessária face à continuação da guerra colonial.

VIVA A LUTA DE LIBERTAÇÃO DOS POVOS DAS COLÓNIAS
VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES
CONTRA A EXPLORAÇÃO E PELA PAZ

(Esta declaração só deve ser assinada por jovens que já estejam incorporados, ou que, não o estando ainda, já "deram o nome" para esse efeito.

As assinaturas devem ser bem legíveis.

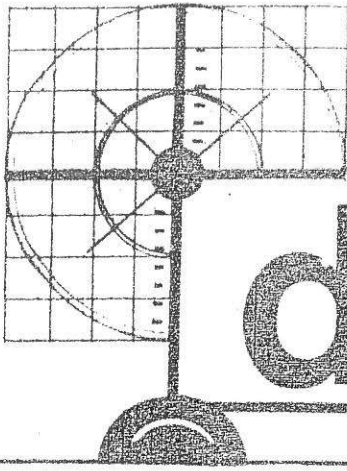
A acompanhar o nome, devem ser referidos o nº do bilhete de identidade respectivo e a situação militar do declarante.

Esta declaração só poderá ser divulgada depois de recolher mais de 500 adesões

Não assinar sem pensar bem no significado e consequências desta acção



agosto 1972

RETIRADO PARA AS
PUBLIC. PERIBBI.

deserção

BOLETIM DO COMITE DE REFUGIADOS NA HOLANDA

INTRODUÇÃO

A afluência de desertores e refractários portugueses na Europa, tornou-se sensível a partir de 1961, ano primeiro da guerra colonial. Verificou-se no entanto que essa afluência se fêz sentir na Holanda somente a partir de 1965, ainda que o ritmo de chegada-continuasse fraco até fins de 1968.

O aumento constante dos portugueses a partir desta data veio pôr às autoridades holandesas o problema do acolhimento desta nova "espécie" de refugiados; as medidas tomadas pelo governo holandês foram claramente insuficientes e são os portugueses que através de sucessivas acções (marcadamente nos dois últimos anos) têm vindo a pugnar pelo reconhecimento dos seus direitos.

Foram os métodos usados até à data ineficazes na sua maior parte, e isto devido não só às condições que temos de enfrentar, como também dos meios de que dispomos, aquém das necessidades, como é facilmente constataível.

Pensando que qualquer tentativa para realizar um trabalho coerente e eficaz, com o fim de defender os direitos dos refugiados na Holanda, de veria sêr iniciado com a necessária formação básica, que permitisse uma plataforma de entendimento comum de todos os nossos problemas, resolvemos reunir o maior número possível de dados referentes a este assunto e difundir-los o mais largamente entre os portugueses.

Duas razões nos levaram a agir

deste modo: por um lado a verificação (em assembleias gerais), etc.), de que a maior parte de nós não possui conhecimentos suficientemente concretos da situação; e por outro que esses conhecimentos nos permitirão encetar um trabalho muito mais profundo e profícuo em relação às nossas exigências.

(Extraído do Estudo elaborado por um grupo de Desertores e Refractários Portugueses em Amsterdam - '72)

Várias etapas foram percorridas até à criação deste boletim, que constituirá o órgão do Comité de Refugiados Portugueses na Holanda.

PORQUE A CRIAÇÃO DE UM COMITE DE REFUGIADOS NA HOLANDA?

Mais um Comité de Desertores, Refractários e Refugiados-Políticos Portugueses foi criado, este agora em Amsterdão, na Holanda.

A criação deste Comité, significa que cada vez, mais Refugiados (desertores e refractários), aqui chegam e chegarão, e que portanto muitos soldados irão servir o exército colonialista português.

Em Setembro de 1972, será posto em vigor, um acordo entre Portugal e a França, o qual irá controlar os portugueses que entrem neste último país. Ora este acordo virá, como se prevê, impedir que os refugiados portugueses tenham facilidades em França.

Fácilmente se conclui que, os Refugiados portugueses, passarão a vir

2.7

RETIRADO PARA AS
MONOGRAFIAS

H. C. S. A
NETHERLANDS - 2



**Comite van
Portugese
Vluchtelingen**

DESERTIE



Anexo III, Panfleto do movimento Apoio Vermelha.¹⁷

¹⁷ Centro de documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

13

H. C. S. A
PERIODICALS
NETHERLANDS-12



BEGINSELVERKLARING

AANKLACHT

PORTUGESE RODE HULP

EEN BEGINSSELVERKLARING EN EEN AANKLACHT

De Portugese Rode hulp is een verdedegingsorganisatie van hen, die door de kapitalistische repressie onderdrukt worden.

De Portugese bourgeoisie oefent niet alleen een kapitalistische superuitbuiting uit, maar ze brengt ook een gewelddadige repressie in praktijk tegen de arbeiders en boeren van Portugal.

Het patroonaat ontrukkt aan het zweet van miljoenen arbeiders het produkt waarmee het de rijkdommen schept van de parasiterende minderheid.

Het kapitalisme, dat hongerslonen geeft in verhouding tot de levenskosten, houdt de honger, ziekte en ongeschooldheid in stand van miljoenen arbeiders, boeren, jongeren en kinderen.

Om het hoofd te bieden aan de georganiseerde strijd van de arbeidersklasse en de overige werkende klassen, en de strijd voor betere levensvoorwaarden te belemmeren, neemt het Portugese kapitalisme zijn meest geraffineerde en minst verborgen vorm aan, zijn terroristiese vorm: HET FASCISME.

Door gebruik te maken van de ervaring die ze opdeed tijdens de monarchie en de Republiek in het onderdrukken van de arbeidersklasse en de overige werkende klassen, stelde de Portugese bourgeoisie in 1926 het fascistiese regime in, gefundeerd op de alliantie tussen de industriëlen en de groot grondbezitters, en met de steun van het leger, de Republikeinse Garde en de verscheidene politie-apparaten.

De Portugese bourgeoisie stelde onmiddellijk een terreurregime in, ze verhoogde de repressie van de arbeidersklasse en de boeren, ze gooide de Kommunistiese Partij in de illegaliteit en begon met de ontbinding van de arbeiderspers, de vakbonden en andere volksorganisaties.

De Portugese bourgeoisie versterkte haar staatsapparaat met een "korporatieve" wetgeving, en schiep nieuwe instellingen van het fascistiese type, zoals de partij van een fascistiese type: "Nationale Eenheid", de organisaties van depatronale overheersing over de arbeidersklasse: "Nationale Vakbonden", de fascistiese milities: "Portugees Legioen", de fascistiese jeugdorganisatie "Portugese Jeugd" en de bende Noordenaars van de sinistere politieke politie: "PIDE", de Portugese Gestapo met hun marionetten van privé-rechtbanken: de "Plenaire Rechtbanken".

Het is vooral door middel van de politiekepolitie, de Pide, tegenwoordig "Algemeen Veiligheidsbestuur" genoemd, dat er op een zeer duidelijke manier een golf van terrorisme kan worden uitgeoefend tegen degenen die een vuist durven opheffen tegen het systeem van de tot het uiterste doorgevoerde kapitalistische repressie.

Duizenden arbeiders, arbeiders, jongeren, intellectuelen, vrije mannen en vrouwen, passeerden reeds de folterzalen van de Pide en hun ondervragingen, hun archieven, hun vechtige en onbegroefde cellen, hun isoleercellen, en konsentratiekampen - waar zij tientallen maanden, jaren doorbrachten, waar zij onderworpen aan de slechtste omstandigheden van hygiëne en voeding, tuberculose en andere ziektes kregen en waar tientallen van hen de dood vonden.

Onder de cyniese dekmantel van "verdediging van de christelijke en de westerse beschaving" werkt de Portugese bourgeoisie aan de likwidatie van de meest kapabele militanten, met de bedoeling om de arbeiders- en volksbeweging kapot te maken.

De betaalde lakeien organiseren de legale moord, passen de preventie-vegevangenneming toe en oefenen de meest verschrikkelijke martelingen uit, eigen aan een gruwelijk sadisme.

Voor niemand zijn de brute aftuigingen waarvan de politieke gedetineerden het slachtoffer zijn een geheim.

De marteling van het overleed moeten staan, de martelingen van het wakker moeten blijven, dag en nacht, weken achtereen, het dreigen met de dood en het veinsen van ekskutie, het vernorzen van de nagels en van de sexuelle organen alle soorten verwondingen waaraan de slachtoffers van de Pide de anti-fascistiese militanten, mannen en vrouwen onderwerpen.

Daiël Teixeira en zoveel anderen waren anti-fascistische strijders die de dood vonden, sommigen door martelingen, anderen door dat zij midden op straat doodgeschoten werden, sommigen in de konsentratiekampen, waar anderen door de ziekten die zij opliepen in jarenlange gevangenschap.

Maar de misdaden van de Portugese bourgeoisie beperken zich niet tot de grenzen van ons land.

Zij strekten zich uit over de volkeren onder de koloniale heerschappij, al enkele eeuwen lang, en ze zijn vandaag de dag nog afgrijpselijker dan de misdaden die op het Portugese volk bedreven worden.

Het fascistiese Portugese leger, dat de belangen van de gehele bourgeoisie vertegenwoordigt en bijgestaan wordt door de milities van kolonialistische vrijwilligers, voert een oorlog ter vernietiging van de volkeren van Angola, Guinee en Mozambique.

Op hetzelfde moment waarop de Portugese bourgeoisie gebruik maakt van een gewelddadige repressie tegen de volkeren die heldhaftig voor hun vrijheid strijden, neemt zij haar toevlucht tot de indoktrinatie-middelen die zij tot haar beschikking heeft, waarmee zij het rascisme predikt, de haat voor de vaderlandslievende neger (die zij "terrorist" noemt), en zij schildert haar aktie van roof en onderdrukking van de volkeren der koloniën af met de kleuren van een "beschavingsmissie", en gaat verder met het scheppen van een chauvinistische geest onder een deel van de werkende massa's, namelijk onder de soldaten die door haar geïnoktrineerd en gebruikt waren in de misdadige koloniale oorlog.

De uitbuiting en de onderdrukking die de Portugese bourgeoisie uitoefent over het Portugese volk en de volkeren der koloniën, wordt direkt ondersteund door het imperialistische blok van de NATO.

Tegelijkertijd profiteert zij van de Russies-Amerikaanse samenwerking ter verstikking van de revolutionaire gevechten van de volkeren en ter gezamenlijke beheersing van de gehele wereld.

Elk keer ontdekt men meer aanwijzingen voor de kollaboratie van het revisionisme met de onderdrukings- en uitbuitingspolitiek van de Portugese bourgeoisie. De uitwisselingen tussen Portugal en de Sowjet-Unie zijn reeds begonnen, terwijl op nationaal nivo de revisionistische partij zich inspannt om de Portugese bourgeoisie te helpen om verder te gaan met de modernisatie van het fascisme en haar tegenwet te komen voor een oplossing van dat probleem - ten koste van de arbeiders- en boerenklasse van Portugal en de volkeren der koloniën. Evenmin kunnen wij het in het publiek aangeven vergeten in de krant van de revisionisten, waar de Portugese marxisties-leninistische militanten het slachtoffer van waren.

Het is niet verwonderlijk dat de Sowjet-Unie, vroeger het symbool van vrijheid en het welzijn der werkers, nu een grote bondgenoot is van het fascisme en het imperialisme. Deze zelfde Sowjet-Unie is een fascisties land geworden, met een dekmantel van het socialisme en met een dekmantel van internationalisme.

Inderdaad, de revisionistische verraderskliek die de macht overnam na de dood van kameraad Stalin, ging over tot de restauratie van het kapitalisme in dit land, en begon aan de vernietiging van de verworvenheden van het socialisme en de volksvrijheden, stelde een diktatuur in (een fascistiese) over de Russiese arbeidersklasse en stortte zich in een imperialistische politiek en de direkte kollaboratie met het Amerikaanse imperialisme en met de fascistiese regimens van de hele wereld, en de modernste wapens levert zij aan die landen die bezig zijn met de strijd tegen de revolutionaire krachten van die landen. Het Pakt van Warschau, dat geschapen is in een geest van internationale samenwerking om het hoofd te bieden aan een eventuele imperialistische agressie, werd veranderd door de nieuwe tsaren van het Kremlin in een instrument van zijn sociaal-imperialistische en agressieve politiek, in een agressiewapen tegen de deelnemende staten. Het Sowjet-revisionistische bestuur richt zijn haat op de Volksrepubliek China en de Volksrepubliek Albanië, vestingen van het socialisme en de vrijheid.

In direkte samenwerking met het Amerikaanse imperialisme, bereiden de nieuwe tsaren van het Kremlin de onsingeling voor van China en Albanië, de voorbereidingen treffend voor een imperialistische agressie tegen deze landen, met het oogmerk om in elk van deze landen een marionettenregering te installeren, die gehoorzaam is aan imperialistische doeleinden.

Het imperialisme en het revisionisme zijn de beste bondgenoten van het Portugese fascisme, en ze vormen de gezworen vijanden van het internationale proletariaat, van alle werkers, van de onafhankelijkheid van de volkeren en van de vrijheid.

China en Albanië, voorhoedes van de anti-imperialistische en anti-revisionistische strijd, het internationale proletariaat, de volkeren van de Portugese koloniën en de vooruitstrevende krachten van de hele wereld, vormen de bondgenoten en de oprechte vrienden van het Portugese proletariaat in zijn strijd tegen het fascisme, het imperialisme en het kolonialisme.

De Portugese Rode Hulp is een strijdorganisatie tegen de bourgeois repressie en voor de proletarische vrijheid.

Zijn aktie baseert zich ten eerste op de politieke solidariteit met de slachtoffers van het kapitaal, een basis waarop hij zijn juridische, materiële en morele steun toezegt, maar daarbij vermijdt om terug te vallen in de praktijk van het bourgeois humanisme.

De aktie van de Portugese Rode Hulp is gericht op de solidariteit met de volkeren der koloniën en de strijd tegen het chauvinisme onder de werkers, en op hun scholing in de geest van internationale solidariteit met de volkeren der koloniën, en is gericht op de strijd tegen de internationale gendarmes, de Amerikaanse imperialisten en de sowjet sociaal-imperialisten, en op de verdediging van de voorvechters van de revolutie en de vrijheid der werkers, socialisties China en Albanië

DE TAKEN VAN DE PORTUGESE RODE HULP

De huidige taken van het Portugese proletariaat zijn het vernietigen, door middel van revolutionair geweld, van het fascistiese staatsapparaat van de bourgeoisie en het oprichten van een volksrepubliek van de arbeiders en de boeren, erkennen van de onmiddellijke onafhankelijkheid van de nu aan het Portugese koloniale juk onderworpen landen; nationaliseren van de produktiemiddelen die in handen zijn van de financiële groeperingen en de agrarische revolutie maken door het land te verdelen aan degenen die haar bewerken; onteigenen van de buitelandse kapitalen; de overeenkomsten met de imperialistische regeringen verbreken en bondgenootschappen vormen met de socialistiese en anti-imperialistische regeringen. Alleen de verwezenlijking van deze taken kan definitief de bourgeoisie onderdrukken als uitbuitende en onderdrukkende klasse.

Deze taken moeten volbracht worden door het Portugese volk, en speciaal door het proletariaat en de boeren, georganiseerd in het Volksfront en het Volksleger, onder de Vlag van de Partij.

Maar tot op dat moment is het nodig hulp te verlenen aan de strijders van het front van de revolutionaire strijd, die geholpen moeten worden in hun onvermoeibaar strijden voor de vrijheid van de arbeidersklasse. Dit is de onmiddellijke taak van de Portugese Rode Hulp, een kracht van de achterhoede van de revolutie.

De Portugese Rode Hulp is een verbindingspunt tussen de volksmassa's en de politieke gevangenen die de bourgeoisie tracht geïsoleerd te houden van de volksbeweging.

De Rode Hulp verleent politieke, juridiese en materiële en morele hulp aan de slachtoffers van de fascistiese repressie.

Voor dat doel heeft de Rode Hulp afdelingen van politieke, juridiese en materiële hulp.

Op politiek nivo publiceert hij dokumenten waarin hij de misdaden der fascistien openbaart, protesten zendt, kampanjes voor de amnestie organiseert, oproepen doet aan de publieke wereldopinie en strijdt voor de rechten voor politiek asiel voor de politieke gevangeneerden, deserteurs van de koloniale oorlog en uitbrekers van het fascistienleger.

Op juridies gebied, wanneer de bourgeoisie haar eigen wetgeving wil verkrachten, laat de Portugese Rode Hulp de beschuldigen niet ongewond, en stelt middelen van juridiese verdediging tot hun beschikking.

Op materiël nivo helpt de PRH de weduwen, wezen en andere familieleden die er het meest behoefte aan hebben, van de militanten die in de strijd gevallen zijn, biedt boeken en platen aan en andere kadoos voor de gevangenen.

Om die functies te kunnen vervullen, ontvangt de PRH bijdragen, bijdragen van de deelnemende leden, verwezenlijkt kollekties en speciale kampanjes, organiseert de verkoop van briefkaarten, affiches, fotot's van volkshelden, publikaties etc., en roept op tot samenwerking van de revolutionaire en anti-fascistische pers.

DE PORTUGESE RODE HULP - EERHEIDSFRONT TEGEN DE REPRESSIE

De PRH verdedigt als principe dat alleen de revolutionaire strijd van de arbeiders en boeren, georganiseerd in het Volksfront en het Volksleger onder de vlag van de Partij van de arbeidersklasse definitief de uitbuiting en de onderdrukking van het kapitalisme kan likwidieren.

Daarentegen is het niet nodig dat de massa's die in de PRH georganiseerd zijn geheel uit mensen bestaan die volkomen hetzelfde standpunt delen.

De PRH groepeerde alle kommunistiese, socialistiese, katholieke en demokratiese elementen en verleent hulp aan alle slachtoffers van de repressie. De PRH is een organisatie die een verenigd front vormt tegen de gemeenschappelijke vijand, zonder onderscheid van politieke meningen, bezigheden, partijen of godsdiensten.

De PRH is een volksorganisatie boven de partijen, bereid om alle slachtoffers slachtoffers van de repressie in de bourgeoisie te helpen, alleen die vallen in de strijd tegen het fascisme, de kapitalistiese uitbuiting en de koloniale oorlog.

Ondanks de politieke en ideologische verschillen - onweerlegbare verschillen die ons scheiden, - meende de PRH dat het mogelijk zou zijn om te werken met de hulporganisatie van de revisionistiese partij. Maar dit is niet mogelijk zolang deze opportunistiese elementen verdergaan met de meest vuile politieke en andere diskriminaties, door elke hulp te ontzeggen aan gevangenen en families die niet meewerken met hun lijn van revisionistiese verraad.

De hulporganisaties van de revisionistiese partij bereiken hetzelfde door gebruik te maken van de "algemene representativiteit" om ook daarna verder te gaan met zijn diskriminatie in de verdeling van de hulp. De PRH voelt zich verplicht om deze misdaden van de revisionisten te openbaren, en, voor zichzelf, spant hij zich in om de resultaten van deze diskriminaties te kompenseren, opdat alle materiële en morele hulp krijgen die hen toekent.

De PRH, in naam van degenen die gevangen zijn in de ketens van de bourgeoisie, in naam van hun meest behoeftige families, doet een oproep aan de kommunisten, socialisten, demokratën, katolieke arbeiders beampten, schrijvers, kunstenaars en wetenschapsmensen, aan de boeren en handwerkers, vrouwen, moeders, arbeiders en boerenjongeren, en roepen op tot politieke aktie en solidariteit.

Dat allen zich solidair verklaren met hen die vallen in de strijd! Dat de strijd voor hen die vallen voortgezet wordt in alle vormen door hen die doorgaan met het verzet.

Alleen verenigd, gaan wij voort tegen de repressie van het kapitaal
Leve de volksdemokratie!

45/22/69



12 11

Anexo IV, Análises da situação dos refugiados portugueses.¹⁸

¹⁸ F.P.M Florin, J. Willemse, L.J. van Welsenis, Utrecht, Outubro 1972, Centro de documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

4
PORTUGESE VLUCHTELINGEN IN NEDERLAND1. Achtergrond

In 1961 begon de bevrijdingsstrijd in de Portugese kolonieën. Thans, na elf jaar, heeft Portugal, gerekend naar V.N. normen het armste land van Europa, in Afrika een leger op de been van 150.000 man, terwijl 50.000 man dienst doet in het moederland (8 miljoen inwoners). De militaire dienst duurt normaal 4 jaar, waarvan de helft in Afrika, waar Portugal een niets ontziende totale oorlog voert. 7% van het bruto nationaal produkt van Portugal wordt besteed aan de oorlog in Afrika, 1.6% voor onderwijs.

Frankrijk is door zijn geografische ligging het eerste democratische land, dat Portugese dienstweigeraars en deserteurs op hun weg tegenkomen.

Frankrijk heeft deze vluchtelingen in grote getale opgenomen als buitenlandse arbeiders (niet als vluchtelingen). Benaderende cijfers over de aantallen dienstweigeraars en deserteurs onder de Portugese arbeiders in Frankrijk kunnen verkregen worden door resp. de categorieën van 17 tot 20 jaar (tijd van de oproep tot militaire dienst - verboden Portugal te verlaten) en van 20 tot 23 jaar te lichten. Van de ca. 800.000 Portugese arbeiders die naar Frankrijk kwamen in de periode van 1961 tot 1969, waren er 16.2 tot 16.7% deserteurs en dienstweigeraars. In 1970 waren het er 28%. In totaal bevinden zich thans in Frankrijk ongeveer 10.000 deserteurs en 60.000 dienstweigeraars. Het is niet gemakkelijk te schatten hoeveel Portugese vluchtelingen zich buiten Frankrijk bevinden, maar een ruwe schatting van 30.000 lijkt niet overdreven.

2. Nederland

Tegen de achtergrond van deze op zich genomen aanzienlijke getallen, meldde zich in Nederland slechts een relatief klein aantal. Het is wat moeilijk exakte cijfers te vinden, maar zes à zeven honderd is waarschijnlijk (schatting sinds begin 1970, toen grotere aantallen zich begonnen te melden). Het Adviesburo voor Portugezen werd begin 1970 opgericht. Het heeft één medewerker voor hulpverlening met assistentie van een administratieve kracht in dienst. Het buro wordt niet gesubsidieerd door de overheid. Het wordt financieel gedragen door de Nederlandse Federatie voor Vluchtelingen hulp, het Algemeen Diakonaal Buro van de Gereformeerde Kerken, Oekumenische Hulp aan Kerken en Vluchtelingen, Sektie Internationale Hulpverlening van de Generale Diakonale Raad der N.H. Kerk en Katholieke Vluchtelingenzorg. Van mei 1970 tot begin augustus 1972 ontving het Adviesburo voor Portugezen 442 cliënten. De gegevens van de cliënten van april 1971 tot augustus 1972 (284 cliënten) werden geëvalueerd. De gegevens werden anoniem uitgewerkt en daarna door het buro ter beschikking gesteld. Eerst worden gegevens vermeld, die de "intake" oplevert (daarmee is het probleem gesteld) en daarna enige cijfers betreffende de gevolgen van het gebrek aan echte opvang.

a. Wat voor mensen zijn het?

- leeftijd: - van 17 tot 19 jaar: 23.9%
- van 20 tot 24 jaar: 65.3%
- van 25 jr. en ouder: 10.8%
- vervolging te vrezen wegens politieke activiteiten: 7 %
- deserteurs: 15.5%
- dienstweigeraars: 77.6%
- Opleiding: alleen lager onderwijs (4 jaar studie): 19.1%
- enkele jaren middelbaar onderwijs: 45.2%
- middelbare opleiding of vakopleiding: 6.4%
- middelbare opleiding ter voorbereiding
- van universitaire studie: 6.7%
- hoger technisch instituut begonnen: 6.7%
- universiteit begonnen: 13.8%
- akademie voor beeldende kunsten begonnen: 2.1%

N.B.

De opleidingen in Portugal tot en met de universiteit, liggen op een lager nivo dan die in Nederland en dragen een traditioneel karakter. Dat geldt heel speciaal voor vakken als wiskunde, fysika, chemie e.d. Over het algemeen ligt volgens onderzoek van NUFFIC (Samenwerking Internationale Nederlandse Universiteiten en Hogescholen) het eindexamen van het Portugese "liceu" twee jaar lager dan het Nederlandse eindexamen van het gymnasium of atheneum.

Op grond van de beschikbare gegevens kan men konkluderen dat ongeveer 80% van de in Nederland aangekomen dienstweigeraars en deserteurs behoren tot de middenklasse en de bovenlaag van de Portugese bevolking.

b. Problemen bij de eerste opvang

- Regeling van verblijf en levensonderhoud in de eerste periode
96.8% moesten langer dan 5 maanden wachten voordat ze een vergunning tot verblijf kregen. In deze periode van onzekerheid mogen de vluchtelingen niet ingeschreven worden bij het arbeidsburo. Soms wordt getolereerd dat ze op eigen gelegenheid werk zoeken en verrichten. Vooral in Amsterdam, waar zich de grootste concentratie van deze groep vluchtelingen bevindt, wordt dit hoe langer hoe moeilijker. Veel bedrijven zijn ook huiverig om iemand in dienst te nemen, wiens verblijf nog niet geregeld is, zelfs al is dat in deze gevallen niet illegaal. De Gemeentelijke Sociale Diensten kunnen krachtens art. 84 ABW bijstand verlenen aan vreemdelingen, dus ook aan deze asielzoekers. Het beleid verschilt echter van gemeente tot gemeente, mede afhankelijk van het feit of de gemeente bereid en/of in staat is de kosten uit eigen kas te betalen, omdat CRM deze uitgaven aan de gemeenten niet vergoedt. Op sommige plaatsen wordt in het geheel géén bijstand verleend, elders een eenmalige uitkering (b.v. f 80,--) en weer elders een uitkering over een langere periode. Het is duidelijk dat deze situatie voor de betrokkenen extreme verschillen kan opleveren. Het is niet exakt bekend hoeveel Portugese vluchtelingen in de periode tussen de aanvraag van een verblijfsvergunning en het eventueel verkrijgen daarvan mede door de

onzekere situatie vertrokken zijn naar een ander land (naar schatting tussen de 10 en 30%).

- Status

Het is hier niet de plaats om uitgebreid de twee vrij ingewikkelde procedures uiteen te zetten, die kunnen voeren tot het verkrijgen van de officiële status van vluchteling. Deze status geeft een duidelijke rechtspositie: men kan niet zonder meer het land uitgezet worden, valt onder de sociale wetgeving op dezelfde voet als Nederlanders en kan onder dezelfde voorwaarden als Nederlanders een rijksstudietoelage krijgen.

Aanvragen voor het verkrijgen van deze status (toelating als vluchteling) via de vreemdelingenpolitie aan de Minister van Justitie werden in geen enkel geval gehonoreerd. In talrijke gevallen werd door de vreemdelingenpolitie zelfs geweigerd een daartoe strekkend aanvraagformulier te verstrekken. In Amsterdam is hierin de laatste tijd verbetering gekomen.

Aanvragen voor het verkrijgen van de status van vluchteling (mandaatverklaring) door bemiddeling van de vertegenwoordiger van de Hoge Commissaris voor de vluchtelingen van de Verenigde Naties werden door 54 personen (19%) ingediend; 17 aanvragen werden gehonoreerd. De overige 37 kandidaten ontvingen een afwijzing, al dan niet met opgave van redenen.

Alle overige Portugese vluchtelingen krijgen in principe een vergunning tot verblijf voor de duur van maximaal één jaar, indien niet komt vast te staan dat hun verklaringen aan de vreemdelingenpolitie onwaar zijn. Toch gebeurt het steeds meer dat de vergunning achtergehouden wordt indien de vluchteling geen werk gevonden heeft, derhalve aangewezen is op de ABW en derhalve zonder middelen van bestaan verkeert (zie boven). Soms werd zelfs gedreigd met uitzetting. Hetzelfde geldt voor vluchtelingen die werkloos zijn op het moment dat ze hun vergunning tot verblijf moeten later verlengen bij de vreemdelingenpolitie. Hier ontstaat de fameuze vicieuze cirkel, die cliënten en hulpverlening in een onmogelijke situatie brengt: nog geen arbeid, geen middelen van bestaan, geen vergunning tot verblijf. Hulpverleners zijn niet tot arbeidsbemiddeling bevoegd, inschrijving bij het Gewestelijk Arbeidsburo is onmogelijk. Bijstand is geen afdwingbaar recht, particuliere fondsen zijn ontoereikend. Bovendien zijn er enkele gevallen bekend van Portugezen die werk hadden en een vergunning tot verblijf konden halen bij de vreemdelingenpolitie, maar van wie dan een arbeidsvergunning werd geëist om de vergunning tot verblijf te ontvangen. Arbeidsvergunningen worden afgegeven door het Gewestelijk Arbeidsburo. Hier ontstaat plotseling voor sommigen weer een ander akkoot probleem: geen vergunning tot verblijf, want geen arbeidsvergunning, ook al kan hij werk vinden. De situatie op de arbeidsmarkt is doorslaggevend voor het verkrijgen van de arbeidsvergunning. Op de arbeidsmarkt hebben Nederlanders en personen uit de EEG prioriteit. De toevallige toestand van dat moment en die plaats is dan doorslaggevend voor het verkrijgen van

een verblijfsvergunning. Deze vicieuze cirkel is door hulpverlener of cliënt nauwelijks te doorbreken. Het aantal gekonstateerde gevallen van die aard is 54, maar het ligt zeker hoger.

- Huisvesting

61.7% kon min of meer zelfstandig huisvesting vinden: bij lotgenoten, die al langer hier waren, op kamers enz. Zo ontstaan dikwijls deplorabele toestanden op overbevolkte kamers. De overigen vonden noodoplossingen: Hulp voor On-behuisden (20.8%), kraakpanden (5.2%), enkelen door een groep studenten ter beschikking gestelde kamers (12.3%). De moeilijkheden om huisvesting te vinden hangen samen met onregelmatige inkomsten of gebrek daaraan naast de gewone hindernissen waarop een buitenlander stoot bij het zoeken naar kamers, en het absolute gebrek aan kamers.

- Taal

56 vluchtelingen uit Portugal werden in staat gesteld de taal en introductiekursus van 4 maanden op het Centrum voor buitenlandse studerenden "Berkenhoven" te De Bilt te volgen. De kosten van de cursus werden in 38 gevallen betaald door de participanten in het Adviesburo en in 18 gevallen door de Stichting voor Vluchteling-Studenten UAF. De cursus is opgezet voor studenten en stelt dus zekere eisen aan de vooropleiding. Goede en goedkope of gratis taalkursussen voor niet-studenten, die meer bijbrengen dan enkele elementaire begrippen, zijn er niet -afgezien van enige partikuliere initiatieven met beperkte capaciteit en gebrek aan professionele coaching-. Zonder voldoende kennis van het Nederlands (inkl. spelling) kunnen de Portugezen geen werk vinden op het vereiste nivo. Korrekt schrijven van het Nederlands is van doorslaggevend belang voor het verkrijgen van een goede baan. Velen, die qua opleiding en capaciteiten meer kunnen, verrichten "vuil werk" (afwassen, schoonmaken). Als overgangssituatie akseptabel, maar zonder enig perspectief of verandering wanneer dan ook in de toekomst, letterlijk geestdodend en uiteindelijk voerend tot totale apatie.

- Studie

Vluchtelingen die de officiële status van vluchteling kregen (zie hoger: slechts 17 Portugezen) kunnen door bemiddeling van het UAF een rijksstudietoelage krijgen. De overigen kunnen een beroep doen op de fondsen van het UAF, dat als niet-gesubsidieerde organisatie uitsluitend door partikuliere giften gesteund wordt. Op dit moment studeren 20 Portugezen op kosten van het UAF; dit is (uitsluitend hoger beroeps- en universitair onderwijs) één derde van het totaal. (giro 76300). Als een vluchteling zijn middelbare school niet af heeft, is het haast uitgesloten bv. door het volgen van een avondlyceum, toch het eindexamen te doen. Daar de vreemde talen vanuit en naar het Nederlands geleerd moeten worden, moet men de Nederlandse taal beheersen op een nivo dat een buitenlander slechts na jaren weet te bereiken.

Wel maakt een groeiend aantal Portugese vluchtelingen gebruik van de mogelijkheid om aan de Faculté expérimentale te Vincennes -waar geen enkel diploma vereist is om de studie aan te vangen- zoveel tentamens te doen, dat ze gelijkstelling met het Nederlandse eindexamen krijgen. Dit vergt veel doorzettingsvermogen: men moet eerst door werk in Nederland voldoende sparen om een studieverblijf van enkele maanden in Parijs mogelijk te maken en tegelijk door zelfstudie reeds een en ander voorbereiden.

c. Gevolgen van het gebrek aan opvang

Uit wat hoger vermeld werd zal iedere lezer al begrepen hebben dat de situatie voor zeer velen rampzalige gevolgen moet meebrengen. We kunnen dit aan de hand van enige cijfers illustreren.

Niet minder dan 136 personen uit het beschreven cliëntenbestand (48%) bleven langere tijd (een week tot enkele maanden) zonder werk, en zonder bijstand. In deze categorie zijn verpaupering, ondervoeding, ziekte en incidenteel crimineel gedrag geen uitzonderingen.

Plaatselijke kerkelijke instanties in Amsterdam gaan binnenkort geld ter beschikking stellen om althans in de meest dringende nood te helpen.

Voor het begaan van kleine diefstallen, gebruik van -of handel in- drugs werd 9.9% (28 personen) gerechtelijk vervolgd. Volgde steeds een bevel tot uitzetting. In enkele gevallen werd de beslissing na beroep teruggenomen. Ongeveer de helft van degenen die gerechtelijk werden vervolgd, vindt men ook terug bij de zojuist besproken categorie van hen die langere tijd zonder werk en bijstand bleven.

3. Samenvatting

Een kleine, maar zeer kwetsbare groep mensen in Nederland verkeert in akkute nood. De oorzaak van het feit dat deze mensen zich hier bevinden, ligt buiten hun wil en schuld. Zij hadden de keuze tussen twee kwaden: deelname aan een oorlog in de koloniën of vlucht naar een vreemd land.

Degenen die deze laatste oplossing kiezen, hebben in geen enkel opzicht de mentaliteit van vrijwillige emigranten. Zij hebben Nederland niet gekozen, maar moeten toch ergens naar toe. Zeer jong en door het bestaande opvoedingspatroon dikwijls nog vrij onzelfstandig, komen ze van de ene dag op de andere van een arm, fascistisch geregeerd land in een democratische, geïndustrialiseerde welvaartstaat terecht. Hun vlucht-motivatie wordt dan hard op de proef gesteld. Deze motivatie is niet dienstweigering op ethische gronden zoals die hier voor dienstweigering geldt, maar ligt veel meer in de sfeer van zelfbehoud (psychisch of gewoon lichamelijk), het zich niet betrokken voelen bij de oorlog van Portugal in Afrika of direkte politieke stellingname. De verwerking van deze motivatie met daarbij de verwerking van het vooruitzicht voor onafzienbare tijd vast te zitten in dit kille noordelijke land, kan alleen zinvol gebeuren, als ze hier een basis van

zakelijke solidariteit, ook bij de instanties aantreffen. Deze instanties zijn echter nog niet gewend aan dit nieuwe type vluchtelingen, ze zijn nog slecht geïnformeerd en wantrouwend t.o.v. het vreemde, zuidelijke element in het optreden van de Portugezen enz.

Daarmee is ook de richting aangegeven waarin de oplossing gezocht moet worden: de juridische en sociale status van dit soort vluchtelingen moet geregeld worden, de publieke opinie moet voorgelicht worden over de achtergronden en oorzaken van hun aanwezigheid, een krachtige organisatie voor vluchtelingen hulp moet in Nederland opnieuw van de grond komen. Verder moeten de democratische staten in West-Europa de last in onderling overleg gezamenlijk gaan dragen. Geen enkel land mag zijn grenzen voor deze mensen sluiten en alle landen moeten bepaalde voorzieningen bieden. Pas dan wordt het probleem van de opvang echt hanteerbaar. Wel moet hierbij uitdrukkelijk het bewustzijn levendig gehouden worden, dat een eigenlijke oplossing slechts gevonden kan worden als Angola, Guinee-Bissau, de Kaap-Verdische Eilanden en Mozambique de zelfstandigheid waarop ze recht hebben krijgen of veroveren.

F.P.M. Florin

J. Willemse

L.J. van Welsenis

Utrecht, oktober 1972

(16)
27

Anexo V, Acto do processo.¹⁹

¹⁹ C.A. Groenendijk, A.H. Swart, "Rechtspraak Vreemdelingenrecht" 1968 t/m 1977, Samson, Alphen a/d/ Rijn.

BESLISSINGEN 1974

No. 1.

K.B. 10 januari 1974 no. 38.

Portugese diensvorigeraar. De omschrijving van het begrip vluchteling in art. 15 Vw dwang. niet tot de door de Staatssecretaris aangehangen restrictieve opvatting. Art. 15 Vw dwingt er niet toe ieder die aan de omschrijving van het begrip vluchteling - hoe ook geïnterpreteerd - voldoet, de bijzondere status van toegelaten vluchteling te verlenen. Uit de verklaringen van klager volgt geenszins onvermijdelijk dat hij als vluchteling in de zin van art. 15 Vw moet worden aangemerkt. Ontwikkeling in de statenpraktijk met betrekking tot vreemdelingen die hun land om politieke redenen hebben verlaten of ontweken. Toelating uit humanitaire overwegingen. Bijzondere status (wel aangeduid als die van asielgerechtigde) welke de vreemdeling beschermt tegen uitzetting naar het land van oorsprong, recht geeft op verblijf en arbeid en op de afgifte van een vreemdelingenpaspoort. Intrekking of weigering van de verlenging van een verblijfsvergunning alleen bij ernstige inbreuk op de openbare orde.

Artt. 11, lid 5; 15, lid 1 en 2 Vw; art. 1 Vluchtelingenverdrag.

Wij Juliana, enz.

Beschikkende op het verzoek van I.J.L. te Amsterdam, van Portugese nationaliteit, om nadere voorziening op grond van de Vreemdelingenwet tegen de door de Staatssecretaris van Justitie in overeenstemming met Onze Minister van Buitenlandse Zaken genomen beslissing van 2 november 1972, Hoofdafdeling Vreemdelingenzaken en Grensbewaking, no. 59/429379-A, waarbij is afgewezen zijn verzoek om herziening van de fictieve beschikking van de Staatssecretaris, voornoemd, van 10 juni 1972, strekkende tot weigering van een toelating als vluchteling als bedoeld in art. 15, eerste lid, Vreemdelingenwet;

De Raad van State, afdeling voor de geschillen van bestuur, gehoord, advies van 30 oktober 1973, no. 7088(1972);

Op de voordracht van de Staatssecretaris van Justitie van 2 januari 1974, Hoofdafdeling Vreemdelingenzaken en Grensbewaking, No. 7311.12.0044-A;

Overwegende, dat de Eerste Subcommissie van de Adviescommissie voor Vreemdelingenzaken, optredende namens laatstgenoemde commissie, overeenkomstig art. 31, eerste lid, laatste zin, juncto art. 29, eerste lid, aanhef en onder a, Vreemdelingenwet op het door I.J.L. ingediende verzoek om herziening van evengenoemde fictieve beschikking van 10 juni 1972 gehoord, de Staatssecretaris

uit: "Rechtspraak
Vreemdelingenwet"
1968 t/m 1977
onder red. van C.A. Groenendykt
en A.H.J. Swart
uitg. Samson, Aald Rijn

op 25 augustus 1972 heeft geadviseerd het verzoek om herziening af te wijzen;

dat de Staatssecretaris van Justitie zijn beslissing van 2 november 1972 heeft doen steunen op de overwegingen:

dat de vreemdeling aanvoert, dat de directe aanleiding voor zijn vertrek uit Portugal in juli 1970 hierin bestond, dat hij er ernstig rekening mee moest houden voor de militaire dienst te worden opgeroepen, zulks terwijl hij meende geen deel te mogen uitmaken van het Portugese leger, aangezien dit zijns inziens een koloniale onderdrukkingsoorlog voert; dat echter de meer algemene reden van vorenbedoeld vertrek was, dat hij ernstige politieke bezwaren had tegen de wijze waarop het openbare leven in Portugal functioneert, aan welke bezwaren hij in Portugal ook uiting heeft gegeven, in verband waarmede hij meermalen door de PIDE zou zijn aangehouden en ondervraagd; dat de vreemdeling, nadat hij - volgens zijn verklaring - tevoren op het lyceum openlijk tegen bepaalde overheidsmaatregelen stelling had genomen en deswege met de PIDE contact had gehad, op 13 augustus 1968 legaal van Portugal naar Engeland is gegaan voor vakantie en vandaar op 5 november 1968 naar Portugal is teruggekeerd, ten einde zijn schoolopleiding af te maken; dat de vreemdeling in Engeland geen asiel of toelating als vluchteling heeft verzocht; dat de vreemdeling na 5 november 1968 tot zijn vertrek naar Nederland op 27 juli volgens zijn verklaring door de gewone politie is uitgenodigd - hetgeen hij heeft aanvaard - om als informant betreffende de drughandel op te treden, waarbij hem, volgens zijn zeggen, door de politie is toegezegd, dat hij dan verder geen moeilijkheden zou ondervinden; dat de vreemdeling heeft verklaard, dat hij kort voor zijn vertrek naar Nederland in een onaangename situatie is komen te verkeren, doordat hem bleek, dat in een bepaalde groep drughandelaren ook werd deelgenomen door politiefunctionarissen; dat uit voormelde verklaringen niet valt te concluderen, dat de vreemdeling gegronde redenen had en heeft te vrezen voor vervolging wegens zijn politieke overtuiging, terwijl de omstandigheid, dat hij meende zich te moeten onttrekken aan de militaire dienstplicht op zichzelf geen genoegzame grond oplevert om hem als vluchteling in de zin van de Vreemdelingenwet aan te merken, nu in het onderwerpelijke geval op grond van de verkregen inlichtingen niet aannemelijk is, dat deze vreemdeling bij een eventuele strafvervolging wegens het zich onttrekken aan de militaire dienstplicht onevenredig zwaar zou worden gestraft uit hoofde van het feit, dat hij dit delict zou hebben gepleegd uit bepaalde politieke overwegingen, noch dat i.c. sprake zou zijn van discriminatoire vervolging; dat voorts aan de vreemde-

ling - die reeds sedert augustus 1970 in Nederland woonachtig is - hier te lande verblijf is toegestaan krachtens een vergunning tot verblijf, waarbij hem ontheffing is verleend van de verplichting tot het in bezit hebben van een geldig Portugees paspoort, terwijl hem bovendien in mei 1971 een Nederlands paspoort voor vreemdelingen is afgegeven met een geldigheidsduur van drie jaar, en verder dat de Ver- tegenwoordiger in Nederland van de Hoge Commis- saris der Verenigde Naties voor de Vluchtelingen - na deze vreemdeling uitvoerig te hebben gehoord - geen aanleiding heeft kunnen vinden hem een man- daatverklaring te verlenen; dat mitsdien geen ter- men aanwezig zijn deze vreemdeling toe te laten als vluchteling in de zin van art. 15 Vreemdelin- genwet;

dat de klager in zijn adres aanvoert: dat hij volledig handhaaft hetgeen hij reeds tot staving van zijn verzoek om als vluchteling in Ne- derland te worden toegelaten naar voren heeft ge- bracht, maar dat hij ter toelichting van zijn onder- werpelijke verzoek nog het volgende wil opmerken; dat bij de beoordeling van dit verzoek centraal staat de vraag, wanneer iemand moet worden be- schouwd als een persoon die afkomstig is uit een land waarin hij gegronde reden heeft te vrezen een vervolging wegens zijn politieke overtuiging; dat deze vraag in de bestreden beslissing te zijnen aan- zien aldus wordt beantwoord, dat van evenbedoelde vervolging in zijn geval (eerst) sprake zou kunnen zijn, indien hij ofwel "onevenredig zwaar zou wor- den gestraft uit hoofde van het feit, dat hij dit de- licit (scilicet: dat hij zich aan de militaire dienst- plicht heeft onttrokken) zou hebben gepleegd uit bepaalde politieke overwegingen", ofwel indien i. c. "sprake zou zijn van discriminatoire vervolging"; dat door aanvaarding van dit criterium naar zijn mening wordt miskend, dat iemand zeer wel als vluchteling in de zin van art. 15 Vreemdelingenwet kan worden aangemerkt, ook al zou hij bij terug- keer naar zijn land van herkomst niet meer of an- ders hebben te vrezen dan een strafvervolging we- gens een door hem uit politieke overweging ge- pleegd strafbaar feit, dat niet per definitie een po- litiek misdrijf oplevert; dat de concrete vraag, of iemand als hij, klager, die in zijn land van her- komst niet meer of anders heeft te vrezen dan een strafvervolging wegens een uit politieke overtuiging gepleegd strafbaar feit, dat niet per definitie een politiek misdrijf oplevert, slechts kan worden be- antwoord wanneer alle omstandigheden van het ge- val zorgvuldig in aanmerking worden genomen; dat tot dit concrete geval de navolgende omstandighe- den behoren; dat hij in Portugal meermaals heeft getuigd van zijn ernstige bedenkingen tegen de wij- ze waarop het openbare leven in zijn land is inge- richt en functioneert; dat hij met name ernstige en

fundamentele bezwaren heeft tegen de door zijn land in Angola, Mozambique en Guinea gevoerde koloni- ale oorlogen; dat hij ter zake van zijn politieke opvattingen meermaals door de Portugese geheime dienst PIDE werd aangehouden en ondervraagd; dat de directe aanleiding voor zijn vlucht uit Portugal hierin bestond, dat hij er ernstig rekening mee moest houden op korte termijn voor de militaire dienst te worden opgeroepen, zulks terwijl hij in ge- weten meende geen deel te mogen uitmaken van een leger dat in Angola, Mozambique en Guinea koloni- ale oorlogen voert; dat Portugal naar hier te lan- de gangbare opvattingen niet als een rechtsstaat kan worden beschouwd; dat hij bij terugkeer naar Portugal waarschijnlijk zou dienen terecht te staan voor de zogenaamde "Plenario", een speciale recht- bank te Lissabon, welke bevoegd is in alle zaken waarin een verdachte ofwel bijzonder gevaarlijk wordt geacht, ofwel zich op politieke motieven be- roept; dat de Portugese strafwetgeving op tal van plaatsen blijk geeft van de opvatting, dat politieke dissidenten als hij, klager, met bijzondere gestreng- heid dienen te worden bejegend; dat ten slotte ook de beschikbare gegevens over de wijze, waarop de strafrechtspleging in Portugal functioneert, alle wij- zen in de richting, dat hierbij wel degelijk onder- scheid wordt gemaakt al naar gelang de politieke opvattingen van de verdachte, met andere woorden, dat van discriminatoire bejegening sprake is; dat hij onder deze omstandigheden wel degelijk gegron- de redenen heeft te vrezen, dat hij in Portugal op grond van zijn politieke overtuiging zou worden ver- volgd, en wel in die mate dat hij ook als vluchte- ling in de zin van art. 15 Vreemdelingenwet ware aan te merken, indien de maatstaven uit de bestre- den beslissing aan hem zouden dienen te worden aangelegd; dat hij volledigheidshalve attendeert op enkele overwegingen uit de bestreden beslissing, welke feitelijke grondslag missen; dat het op 31 mei 1972 ingediende verzoek om herziening zich niet richtte tegen een op 10 juni 1972 gegeven beschik- king, maar tegen een op of omstreeks 26 mei 1972 gegeven beschikking; dat hij voorts niet reeds op of vlak na 5 november 1968 door de gewone politie is uitgenodigd om als informant op te treden, maar eerst in mei 1970, d.w.z. enige maanden voor hij Portugal is ontvlucht; dat hij er ten slotte op wijst, dat in de bestreden beslissing weliswaar wordt ge- steld, dat het in het onderwerpelijke geval "op grond van de verkregen inlichtingen" niet aanneme- lijk zou zijn, dat hij in Portugal onevenredig zwaar zou worden gestraft, of dat er i. c. sprake zou zijn van discriminatoire vervolging, doch dat in de be- strede beslissing volkomen in het midden wordt ge- laten van wie deze "inlichtingen" zijn verkregen en van welke inhoud deze inlichtingen waren; dat mits- dien de betreffende overweging niet geacht kan wor-

den behoorlijk te zijn gem. art. 33, eerste lid, Vreem- grond van het bovenstaande bestreden beslissing in strij verbindend voorschrift, te art. 33, eerste lid, Vreem-

Overwegende dat ingev. Vreemdelingenwet vreemde uit een land waarin zij ge- vreezen voor vervolging we; politieke overtuiging of hu- wegens het behoren tot ee- bepaalde sociale groep, de- titie als vluchteling kunne-

dat het tweede lid van de toelating niet kan word- wichtige redenen aan het- indien de vreemdeling doe- zou worden zich onmiddel- land als bedoeld in het ee- Overwegende dat de kl- ritionaliteit bezit, in august- nengekomen alwaar hem e- is verleend;

dat de klager, nadat h- digter in Nederland van de- Verenigde Naties voor de- naamde "mandaatverklar- december 1971 een verzo- teling heeft ingediend;

dat de klager vervolge- in art. 29, tweede lid, V- de termijn van zes maand- toelating als vluchteling v- herziening heeft ingediend

dat het verzoek om na- richt tegen de afwijzende

dat de klager zich ver- het begrip "vluchteling" c- eerste lid, voormeld, wel- de Staatssecretaris van Jus- slissing ten grondslag is ge-

dat de raadsman van d- bare vergadering van de A- State voor de geschillen v- wezen, dat zich hier welli- voordoet als bedoeld in a- noemd, doch dat, ook afj- bedoelde geval, het in he- Minister van Justitie niet- bevoegdheid toekent;

dat naar de mening va- het voorliggende geval ni- dere omstandigheden, wel- lijkheid hebben kunnen le- de klager, ook al zou hij- niet als zodanig kan word-

tegen de door zijn land
Guinea gevoerde koloni-
van zijn politieke
de Portugese geheime
en ondervraagd; dat
zijn vlucht uit Portugal
nietig rekening mee
aan voor de militaire
zaken, zulks terwijl hij in ge-
mogen uitmaken van een
politieke en Guinea kolo-
nial naar hier te lan-
als een rechtsstaat
hij bij terugkeer naar
hien terecht te staan
"o", een speciale recht-
voegd is in alle zaken
bijzonder gevaarlijk
politieke motieven be-
wetgeving op tal van
opvatting, dat politieke
niet bijzondere gestreng-
end; dat ten slotte ook
de wijze, waarop de
functioneert, alle wij-
zij wel degelijk onder-
gelang de politieke
a, met andere woorden,
gening sprake is; dat
en wel degelijk gegron-
dat hij in Portugal op
tuiging zou worden ver-
dat hij ook als vluchte-
vreemdelingenwet ware
aantstaven nu de bestre-
den dienen te worden
lidshalve attendeert op
bestreden beslissing,
issen; dat het op 31 mei
herziening zich niet
1972 gegeven beschik-
omstreeks 26 mei 1972
voorts niet reeds op of
or de gewone politie is
t op te treden, maar
enige maanden voor hij
er ten slotte op wijst,
; weliswaar wordt ge-
erpelijke geval "op-
htingen" niet aanneme-
tugal onevenredig zwaar
er i.c. sprake zou zijn
g, doch dat in de be-
n het midden wordt ge-
ngen" zijn verkregen en
ntingen waren; dat mits-
ng niet geacht kan wor-

den behoorlijk te zijn gemotiveerd in de zin van art. 33, eerste lid, Vreemdelingenwet; dat hij op grond van het bovenstaande van mening is, dat de bestreden beslissing in strijd is met een algemeen verbindend voorschrift, te weten art. 15, alsmede art. 33, eerste lid, Vreemdelingenwet;

Overwegende dat ingevolge art. 15, eerste lid, Vreemdelingenwet vreemdelingen, die afkomstig zijn uit een land waarin zij gegronde reden hebben te vreezen voor vervolging door de godsdienstige of politieke overtuiging of hun nationaliteit, dan wel wegens het behoren tot een bepaald ras of tot een bepaalde sociale groep, door Onze Minister van Justitie als vluchteling kunnen worden toegelaten;

dat het tweede lid van dit artikel bepaalt, dat de toelating niet kan worden geweigerd dan om gewichtige redenen aan het algemeen belang ontleend, indien de vreemdeling door de weigering genoopt zou worden zich onmiddellijk te begeven naar een land als bedoeld in het eerste lid;

Overwegende dat de klager, die de Portugese nationaliteit bezit, in augustus 1970 Nederland is binnengekomen alwaar hem een vergunning tot verblijf is verleend;

dat de klager, nadat hem door de Vertegenwoordiger in Nederland van de Hoge Commissaris der Verenigde Naties voor de Vluchtelingen een zogenaamde "mandaatverklaring" was geweigerd, op 10 december 1971 een verzoek om toelating als vluchteling heeft ingediend;

dat de klager vervolgens, toen niet binnen de in art. 29, tweede lid, Vreemdelingenwet genoemde termijn van zes maanden op het verzoek om toelating als vluchteling was beslist een verzoek om herziening heeft ingediend;

dat het verzoek om nadere voorziening is gericht tegen de afwijzende beslissing op dit verzoek;

dat de klager zich verzet tegen de uitleg van het begrip "vluchteling" omschreven in art. 15, eerste lid, voormeld, welke naar zijn mening door de Staatssecretaris van Justitie aan de bestreden beslissing ten grondslag is gelegd;

dat de raadsman van de klager er in de openbare vergadering van de Afdeling van de Raad van State voor de geschillen van bestuur op heeft gewezen, dat zich hier weliswaar niet de situatie voordoet als bedoeld in art. 15, tweede lid, voornoemd, doch dat, ook afgezien van het in dat lid bedoelde geval, het in het eerste lid bepaalde Onze Minister van Justitie niet een louter discretionaire bevoegdheid toekent;

dat naar de mening van bedoelde raadsman in het voorliggende geval niet is gebleken van bijzondere omstandigheden, welke Onze Minister in redelijkheid hebben kunnen leiden tot het oordeel, dat de klager, ook al zou hij vluchteling zijn, toch niet als zodanig kan worden toegelaten;

Kenmerkweging



Overwegende dat omtrent de uitleg van het begrip "vluchteling" geen eenheid van opvatting bestaat;

dat, naar uit de stukken en het verhandelde in de openbare vergadering van de Afdeling, voornoemd, is gebleken, de Staatssecretaris zich op het standpunt stelt, dat moet worden uitgegaan van een restrictieve opvatting van het begrip "vluchteling", hetgeen zou aansluiten bij de ter zake ook in andere landen geldende interpretatie;

dat naar Ons oordeel de omschrijving van het begrip "vluchteling", zoals dit in de Nederlandse rechtsorde is ingevoerd in art. 15 Vreemdelingenwet, niet dwingt tot een restrictieve uitleg als door de Staatssecretaris is gehanteerd;

dat de vraag, of van vluchtelingschap sprake is, in ieder afzonderlijk geval in belangrijke mate mede wordt bepaald door de concrete situatie waarin de betrokkene zich bevindt;

dat echter in het voorliggende geval bij de beoordeling van de vraag of de bestreden beslissing in strijd is met een algemeen verbindend voorschrift mede in aanmerking dient te worden genomen, dat zich niet de situatie voordoet als bedoeld in art. 15, tweede lid, voornoemd;

dat zowel uit de bewoordingen als uit de geschiedenis van de totstandkoming van dit artikeldeel volgt, dat de Staatssecretaris - anders dan de klager meent - in zodanig geval wel beoogd, doch niet verplicht is een vreemdeling, zelfs al voldoet hij aan de in art. 15, eerste lid, voormeld, gegeven omschrijving van het begrip "vluchteling" - hoe ook geïnterpreteerd - ook als zodanig toe te laten;

dat uit de verklaringen van de klager, zoals hij deze heeft afgelegd onder meer tegenover de Vertegenwoordiger in Nederland van de Hoge Commissaris der Verenigde Naties voor de Vluchtelingen en de Eerste Subcommissie van de Adviescommissie voor Vreemdelingenzaken, geenszins onvermijdelijk volgt, dat hij als vluchteling in de zin van art. 15, hoe dan ook uitgelegd, zou moeten worden aangemerkt;

dat, zoals hiervoren weergegeven, de Hoge Commissaris, voontoemd, geen aanleiding heeft kunnen vinden de klager een zogenaamde "mandaatverklaring" te verstrekken;

Overwegende dat in de openbare vergadering van de Afdeling, voornoemd, alwaar ook de Vertegenwoordiger van de Hoge Commissaris, voornoemd, zijn zienswijze naar voren heeft gebracht, alsmede de vertegenwoordigers van de Staatssecretaris van Justitie en van Onze Minister van Buitenlandse Zaken een uiteenzetting hebben gegeven omtrent het gevoerde beleid, is gebleken, dat zich in de statenpraktijk een ontwikkeling voltrekt ten aanzien van de gedragslijn met betrekking tot de gevallen, waarin vreemdelingen hun land om politieke rede-

1974 : 1-2-3

nen hebben verlaten of ontweken;

dat daarbij, voor zover de status van verdragsvluchteling niet zonder meer kan worden toegekend, niettemin in het algemeen tot toelating pleegt te worden besloten uit humanitaire overwegingen;

dat vreemdelingen als hier bedoeld dientengevolge een bijzondere status genieten (wel aangeduid als die van asielgerechtigde), welke hen beschermt tegen terugzending naar het land van oorsprong, en recht geeft op verblijf en arbeid, in het land van verblijf, alsmede op het verstrekken van een paspoort voor vreemdelingen van dat land;

dat, naar van de zijde van de Staatssecretaris in meergenoemde openbare vergadering is verklaard, ook in Nederland het beleid er op is gericht, dat in gevallen, waarin aannemelijke bezwaren van politieke aard tegen terugkeer naar het eigen land blijken te bestaan, een vergunning tot verblijf wordt verleend, met bepaling, dat de betrokkene wordt ontheven van de verplichting een geldig nationaal paspoort te bezitten, terwijl voorts een Nederlands paspoort voor vreemdelingen wordt verstrekt;

dat, naar de Staatssecretaris voorts stelt, alsdan van terugzending naar het land van oorsprong geen sprake is, en dat van de in art. 12 Vreemdelingenwet gegeven bevoegdheid tot intrekking van de vergunning tot verblijf, dan wel die tot weigering van de verlenging van zodanige vergunning, behoudens het bijzondere geval dat er sprake zou zijn van een ernstige inbreuk op de openbare orde, geen gebruik zal worden gemaakt;

dat uit de stukken en het verhandelde in de openbare vergadering van de Afdeling, voornoemd, blijkt, dat, hoewel zulks niet uitdrukkelijk in de beschikking strekkende tot het verlenen van een vergunning tot verblijf is vermeld, het ten aanzien van de klager de uitdrukkelijke bedoeling is geweest hem als vreemdeling behorende tot evenbedoelde categorie toe te laten;

Overwegende dat bij dit licht bezien de weigering de klager met toepassing van art. 15 eerste lid, Vreemdelingenwet als vluchteling toe te laten, mede gelet op het facultatieve karakter der bepaling, niet in strijd is met een algemeen verbindend voorschrift;

dat deze beslissing evenmin in aanmerking komt om te worden vernietigd met toepassing van een der overige in art. 34, derde lid, Vreemdelingenwet genoemde gronden;

Gezien de Vreemdelingenwet;

HEBBEN GOEDGEVONDEN EN VERSTAAN:

het verzoek om nadere voorziening ongegrond te verklaren.



1974 : 3-4

N.B.:

Dit bijzonder belangrijke K.B. bevat een principiële uitspraak over de verlening van de status van art. 15 Vw aan vluchtelingen. Het bevat verder een "codificatie" van het beleid ten aanzien van asielzoekers die niet als vluchteling in de zin van art. 15 Vw worden aangemerkt. Zie m.b.t. het toelatingsbeleid nog de nieuwe regeling voor de opvang van asielzoekers, afgedrukt in N.J.B. 1974, p. 375 alsmede de verslagen van het mondelinge overleg tussen de Staatssecretaris en de vaste Commissie voor Justitie op 5.12.1973 en 20.3.1974, bijlagen nr. 13 en 14 bij de Justitiebegroting voor 1974 (Bijl. Hand. II, 1973/74, 12600, Hoofdstuk VI). Op grond van deze nieuwe regeling worden aan de toegelaten asielzoekers verblijfsvergunningen voorzien van de letter A afgegeven.

Nu in dit K.B. het recht op arbeid als één van de aspecten van de bijzondere status van deze asielzoekers wordt genoemd, rijst de vraag of voor deze vreemdelingen nog wel een arbeidsvergunning ingevolge de Wet arbeidsvergunning vreemdelingen is vereist; vgl. art. 1, sub n van het K.B. van 14 juni 1966, Stb. 264.

No. 2.

K.B. 10 januari 1974 no. 39.

Beleid ten aanzien van illegaal binnengekomen Chinezen. Verandering in dit beleid met ingang van 1 januari 1972. Weigering van de verblijfsvergunning niet in strijd met het gelijkheidsbeginsel. Een gebrekkige motivering van de herzieningsbeschikking leidt in casu niet tot vernietiging.

Art. 11, lid 5 Vw.

Vindplaats : Rekers D 4-1.

No. 3.

K.B. 14 februari 1974 no. 78.

Antecedentenverklaring : Het feit dat de antecedentenverklaring in het Italiaans was gesteld, betekent niet dat zij zich zou beperken tot strafrechtelijke antecedenten in Italië. De artt. 3 en 4 van de E.E.G.-richtlijn 68/360 verzetten zich niet tegen het vragen van een verklaring omtrent strafrechtelijke antecedenten. Art. 5 van de E.E.G.-richtlijn 64/221 verbiedt wel een stelselmatig raadplegen van andere lid-staten, maar bevat geen verbod deze inlichtingen aan de vreemdeling zelf te vragen.

Openbare orde : Art. 3 van de E.E.G.-richtlijn be-

paalt wel dat bij de weigering de aard van het verzoek in aanmerking moeten worden genomen niet tot de opvatting dat er mogen worden ingetrokken ge misdrijven, waarbij een vrijheidsstraf (van meer dan legd.

Vergoeding voor proceskosten is alleen plaats indien de l geheel of gedeeltelijk door

Art. 39, lid 2 Vw; art. 95 artt. 3 en 4 E.E.G.-richtlijn E.E.G.-richtlijn 64/221.

Vindplaats : Rekers D 11-8 A.B. 1975.32:

N.B.:

Men kan zich afvragen of de uitleg van art. 5 van d voor de hand had gelegen, van Justitie van de Europes een prejudiciële beslissing

No. 4.

K.B. 14 februari 1974 no.

Een uitkering ingevolge de wordt niet beschouwd als v bestaan in de zin van de ' ger deed tijdens zijn arbei schepen) in Nederland long Raad van State gelast een kelijke arts naar gezondheid klager zijn bereidheid om richten niet in praktijk het van zijn verblijfsvergunning; 12 Vw.

Art. 12 Vw; Algen

Wij Juliana, enz.

Beschikkende op het ve dam, van Portugese nation ziening op grond van de V de beslissing van de Staats 26 mei 1972, Vreemdeling king, no. 59/264372-B, w verzoek om herziening var hoofd van plaatselijke poli september 1971, strekkend